

## **Perceções e conhecimentos sobre o acolhimento familiar no contexto português: um estudo com uma amostra da comunidade.**

Gabriela Beja Gaspar Ribeiro

Mestrado em,

Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Orientadora:

Doutora Eunice Vieira Magalhães, Investigadora Integrada,  
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Julho, 2021



## **Perceções e conhecimentos sobre o acolhimento familiar no contexto português: um estudo com uma amostra da comunidade.**

Gabriela Beja Gaspar Ribeiro

Mestrado em,

Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Orientadora:

Doutora Eunice Vieira Magalhães, Investigadora Integrada,  
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Julho, 2021



## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar, um especial obrigada à minha orientadora, Professora Doutora Eunice Magalhães, por todo o apoio, encorajamento, disponibilidade, partilha de conhecimento e críticas construtivas/sugestões ao longo de todo este processo de orientação. Foi um privilégio aprender e trabalhar consigo, sendo que tudo teria sido infinitamente mais difícil sem a sua ajuda e compreensão.

Aos meus pais, por todo o apoio e amor incondicional, por todos os esforços que fizeram e continuam a fazer para me darem o melhor que conseguem. Obrigada à minha mãe por todos os abraços e colo quando mais precisei.

Ao meu tio Paulo, por toda a ajuda ao longo destes anos para que eu pudesse terminar este percurso académico.

À Bri, por ser o meu maior apoio desde sempre e nunca sair do meu lado. Por estar presente em todos os meus breakdowns e pânico no chão com as palavras certas. Por todas as felicidades compartilhadas. Por toda a motivação extra e pelo team work.

À Porti, por ser a minha parceira desta vida académica e por ser a twin mais inteligente sempre pronta a ajudar em tudo. Por todas as ansiedades compartilhadas e por todos os dias caóticos parecerem mais fáceis contigo ao meu lado.

Às duas, um obrigada pela amizade sincera e por me fazerem rir até me doer a barriga. Levo-vos comigo para a vida.

À Marta, por todo o encorajamento, pelas mil organizações de agendas e por ter sempre disponibilidade para me ouvir a desabafar. Por compreender melhor que ninguém o que foi sobreviver a este ano e estar sempre lá para lembrar que vai tudo correr bem.

E por último, mas não menos importante, obrigada ao Filas por todas as palavras motivadoras, paciência, carinho e preocupação que tem por mim. Por me fazer ver sempre o copo meio cheio. Sem dúvida, o meu maior porto de abrigo durante este ano.

Com o fim deste percurso, não podia deixar de agradecer a todos os meus familiares e amigos que me acompanharam ao longo destes cinco anos e que com muita paciência e amor me apoiaram a terminar esta etapa. A todos o meu mais sincero obrigada!



## Resumo

O acolhimento familiar é uma medida de promoção e proteção para crianças e jovens em perigo considerada preferencial pela sua colocação num contexto familiar, que lhes proporciona um melhor nível de desenvolvimento e bem-estar. Porém, em Portugal verifica-se uma predominância significativa da medida de acolhimento residencial, sendo que apenas um número reduzido de crianças e jovens se encontra integrado em acolhimento familiar (i.e., cerca de 3%), sendo o número de famílias de acolhimento insuficiente face às necessidades do sistema.

Neste sentido, o objetivo deste estudo passa por explorar os conhecimentos e as perceções acerca da medida de acolhimento familiar e das famílias de acolhimento de uma amostra da comunidade portuguesa ( $n=404$ , 55% do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 26 e os 72 anos), assim como, por explorar os preditores da intenção em se tornar família de acolhimento. Os resultados demonstraram conhecimentos significativos acerca do acolhimento familiar, assim como, perceções, maioritariamente, positivas acerca da referida medida e das famílias de acolhimento, ainda que se tenham verificado algumas dúvidas e opiniões ambíguas. Adicionalmente, os resultados indicaram que as perceções positivas acerca das famílias de acolhimento ( $p=.002$ ), estar numa relação de intimidade ( $p=.082$ ) e ser do sexo feminino ( $p=.052$ ) estão positivamente associadas à intenção em se tornar família de acolhimento. Os resultados serão discutidos à luz da literatura neste domínio, sendo também identificadas implicações para a prática profissional. Uma maior disseminação e contacto com as famílias de acolhimento é fundamental com vista ao recrutamento e seleção de novas famílias de acolhimento.

**Palavras Chave:** Acolhimento familiar; Famílias de acolhimento; Conhecimentos e perceções públicas;

**Domínio Científico (APA):**

2900 Social Processes & Social Issues; 2956 Childrearing & Child Care;



## **Abstract**

Foster care is a preferable alternative care context for abused and neglected children, which enhances their development and well-being. However, in Portugal there is a significant predominance of residential care, and only a small number of children and teenagers is placed in foster care (i.e., around 3%). Also, the number of foster families is lacking to cover the needs.

Therefore, the aim of this study is to explore public knowledge and perceptions of foster care and foster families through a Portuguese community sample (n=404, 55% female, aged between 26 and 72 years old), as well as, to identify the predictors of the intention to become a foster family. In general, the results showed that participants have significant knowledge about foster care and mostly positive perceptions about foster care and families, although there were some doubts and ambiguous opinions. Additionally, the results showed that positive perceptions about foster families ( $p=.002$ ), having an intimate relationship ( $p=.082$ ) and being female ( $p=.052$ ) are positively associated with greater intention to become a foster family. The results will be discussed in the light of the literature, and implications for professional practice will also be identified. Greater dissemination and contact with foster families are essential to recruit and select new foster families.

**Key Words:** Foster families; Foster care; Knowledge and public perception;

**Scientific Field (APA):**

2900 Social Processes & Social Issues; 2956 Childrearing & Child Care;



## Índice

Agradecimentos .....	i
Resumo .....	iii
Abstract .....	v
Índice de Quadros .....	ix
Glossário de Siglas .....	xi
Introdução .....	
1. Enquadramento Teórico .....	1
1.1. Contextualização do acolhimento familiar de crianças e jovens em perigo .....	1
1.2. Desafios em torno do recrutamento e seleção das famílias de acolhimento .....	6
1.3. Fatores explicativos para se tornar família de acolhimento .....	9
1.4. Representações e conhecimentos sobre as FA e o AF .....	11
1.5. Problemas e objetivos de investigação .....	14
2. Método .....	17
2.1. Participantes .....	17
2.2. Instrumentos .....	17
2.2.1. Questionário Sociodemográfico .....	17
2.2.2. Intenção de se tornar família de acolhimento .....	18
2.2.3. Perceções acerca do Sistema de Acolhimento Familiar .....	18
2.2.4. Perceções acerca das Famílias de Acolhimento .....	18
2.2.5. Conhecimentos acerca do Acolhimento Familiar .....	19
2.3. Procedimentos .....	19
3. Resultados .....	21
3.1. Perceções acerca do Sistema de Acolhimento Familiar .....	21
3.2. Perceções acerca das Famílias de Acolhimento .....	23
3.3. Conhecimentos acerca do Sistema de Acolhimento Familiar .....	25
3.4. Correlações entre as variáveis .....	26
3.5. Análise das variáveis em estudo em função do sexo .....	26
3.6. Modelo de Regressão Linear Múltipla .....	27
4. Discussão .....	29
4.1. Limitações e Orientações para a Investigação e Prática Futura .....	33
Conclusões .....	
Fontes .....	39
Referências Bibliográficas .....	41



## **Índice de Quadros**

Quadro 3.1. Percepções acerca do sistema de acolhimento familiar.....	22
Quadro 3.2. Percepções acerca das famílias de acolhimento.....	24
Quadro 3.3. Conhecimentos acerca do acolhimento familiar.....	25
Quadro 3.4. Média, Desvio Padrão e Correlações entre as variáveis em estudo.....	26
Quadro 3.5. Análise das variáveis em estudo em função do sexo.....	27
Quadro 3.6. Efeito preditor das variáveis em estudo na intenção em ser FA.....	28



## **Glossário de Siglas**

**AF** – Acolhimento Familiar

**AR** – Acolhimento Residencial

**CPCJ** – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

**FA** – Família(s) de acolhimento

**IPSS** – Instituição Particular de Solidariedade Social

**LPCJP** – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

**MPP** – Medida(s) de Promoção e Proteção

**SCML** – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

**SPP** – Sistema de Promoção e Proteção



## **Introdução**

O acolhimento familiar (AF) é considerado a medida de promoção e proteção (MPP) preferencial para crianças e jovens em situação de perigo cuja intervenção implique a retirada dos mesmos da sua família biológica, quando comparada com a colocação destes em acolhimento residencial (AR) (Decreto-Lei n.º 139/2019). No entanto, no contexto português, verifica-se, ainda, uma percentagem pouco significativa de crianças e jovens em AF (i.e., aproximadamente 3%) face às colocações em AR (i.e., aproximadamente 90%), situação que se deve, em parte, à falta de famílias de acolhimento (FA) disponíveis (Diogo & Branco, 2017; Instituto da Segurança Social, 2020).

Neste sentido, torna-se essencial promover processos de recrutamento e seleção eficazes de novas FA. Para tal, explorar os conhecimentos e as perceções da comunidade acerca do AF e das FA, assim como, os preditores da intenção em se tornar FA, poderá contribuir para a definição de políticas públicas com vista ao recrutamento de novas FA (Andersson, 2001; De Maeyer et al., 2014; Diogo & Branco, 2017, 2020; Rhodes et al., 2006; Sebba, 2012). Assim, especificamente, o presente estudo pretende compreender o papel dos referidos conhecimentos e perceções, bem como, de alguns recursos (e.g., habilitação académica) e variáveis sociodemográficas (e.g., sexo), na intenção dos participantes em se tornarem FA.

Deste modo, a presente dissertação encontra-se organizada em quatro capítulos. O capítulo 1 diz respeito ao enquadramento teórico da temática em estudo, com o objetivo de contextualizar a medida de acolhimento familiar, o respetivo recrutamento das famílias de acolhimento e apresentar evidências empíricas relativas à temática, mais especificamente acerca dos fatores explicativos para se tornar FA e das representações e conhecimentos sobre as FA e o AF. Neste capítulo são, ainda, identificados os problemas de investigação e apresentados os objetivos do presente estudo. Em seguida, no capítulo 2, é descrito o método utilizado, nomeadamente, os participantes, instrumentos e procedimentos de recolha e análise de dados. No capítulo 3 são apresentados os principais resultados obtidos, sendo que no capítulo 4 é apresentada uma discussão dos resultados à luz da evidência e da teoria. Neste capítulo são ainda identificadas as limitações da presente dissertação, bem como, implicações para a investigação futura e prática profissional. Por último, são sintetizadas as principais conclusões e contribuições do presente estudo.



## CAPÍTULO 1

### Enquadramento Teórico

#### 1.1. Contextualização do acolhimento familiar de crianças e jovens em perigo

O ambiente familiar é o contexto que qualquer criança/jovem necessita para se desenvolver normativamente, porém, nem sempre as circunstâncias sociais e familiares permitem a sua permanência na família biológica (Contreras & Muñoz, 2016). Deste modo, todos os anos milhares de crianças são retiradas das suas famílias, maioritariamente, por situações de negligência (Gleeson et al., 2009), seguido de mau-trato físico, abandono e abuso sexual (Bass et al., 2004; McWey et al., 2006). Em Portugal, 70.9 % das crianças/jovens em acolhimento foram negligenciadas, incluindo a negligência por falta de supervisão e acompanhamento familiar (57%), a negligência ao nível dos cuidados educativos (33%), ao nível dos cuidados de saúde (29%) e a exposição a modelos parentais desviantes (28%) (ISS, 2020).

A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), aprovada em 1999 pela Lei n.º 147/99, visa a promoção dos direitos e a proteção das crianças e jovens em situações de risco, garantindo o seu bem-estar e desenvolvimento integral (Art. 1.º e 2.º, LPCJP). Para o efeito, foram criadas medidas de promoção e proteção com o objetivo de afastar o perigo em que as crianças ou jovens se encontravam, proporcionando-lhes condições para a sua proteção e a promoção do seu bem-estar e desenvolvimento (Art. 34.º, LPCJP). Das MPP em regime de colocação, nos últimos 10 anos verificou-se um decréscimo de 23% de crianças e jovens no sistema de acolhimento (ISS, 2020). Em 2019, encontravam-se 7 046 crianças/jovens em situação de acolhimento, das quais 2.7% em acolhimento familiar e 87% a integrar Casas de Acolhimento Generalista (ISS, 2020). O acolhimento familiar, como medida de promoção e proteção a executar em regime de colocação (Art. 35.º, alínea e, LPCJP), consiste na atribuição da confiança de uma criança/jovem a uma pessoa singular ou a uma família, habilitadas para tal, e que lhe proporcionem a sua integração em meio familiar, prestando os cuidados adequados às suas necessidades e o bem-estar e a educação necessária ao seu desenvolvimento integral (Art. 46.º, n.º 1, LPCJP).

Os requisitos para se candidatar a família de acolhimento, em Portugal, envolvem ter idade superior a 25 anos, ter a escolaridade mínima obrigatória, não ser candidato à adoção, ter condições de saúde física, mental, de habitabilidade, higiene e segurança, não estar inibido do exercício das responsabilidades parentais, não ter qualquer relação de parentesco com a criança acolhida, nem serem indiciados, acusados ou condenados por crime doloso contra a vida, integridade física e liberdade pessoal ou contra a liberdade ou autodeterminação sexual, pelas autoridades judiciárias (Decreto-Lei n.º 139/2019). Em Portugal, cada família de acolhimento

pode acolher até duas crianças/jovens, em simultâneo, sendo que o número total é determinado consoante as necessidades da criança/jovem, bem como, as condições a nível pessoal, familiar e habitacional da FA (Decreto-Lei nº 139/2019). No caso de ser necessário acolher um número superior, tal deve ser devidamente justificado à entidade gestora de vagas (e.g., situações de fratria) (Decreto-Lei nº 139/2019).

Nesta sequência, o AF tem como objetivos proporcionar à criança/jovem: (a) condições para a adequada satisfação das suas necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais, (b) estabelecer laços afetivos, seguros e estáveis, (c) adquirir competências destinadas à sua valorização pessoal, social, escolar e profissional e, por último, (d) ter condições para a construção da sua identidade e integração da sua história de vida (Decreto-Lei nº 139/2019). Com vista ao cumprimento dos referidos objetivos, a execução da medida de AF obedece aos seguintes princípios orientadores: a criança deve beneficiar da integração em vida familiar e receber atenção e cuidados individualizados que lhe permitam estabelecer relações de afetividade e desenvolver competências/valores que promovam o seu bem-estar e desenvolvimento (alínea a); a criança deve ser integrada num quotidiano semelhante ao de qualquer criança da mesma idade (alínea b), tendo em conta as suas necessidades, situação familiar, finalidade e duração do acolhimento (alínea g); esta deve ser ouvida e participar nas sessões que lhe dizem respeito, em função da sua idade e maturidade (alínea c); deve-se, ainda, ter em conta a proximidade aos contextos de origem e a salvaguarda de relações psicológicas profundas (alínea d); deve favorecer-se a participação e a capacitação da família de origem (alínea e), bem como, a FA deve ter acesso a recursos e serviços diversificados na comunidade (alínea f); e por último, é fundamental que seja assegurada a articulação entre as entidades envolvidas (alínea h) (Decreto Lei n.º 139/2019).

Em Portugal, compete à instituição de enquadramento selecionar, formar, avaliar, acompanhar as FA e emitir um parecer sobre a continuação, alteração ou cessação da medida (Delgado, 2010). Assim, os organismos competentes pelo recrutamento oferecem um plano de formação inicial de capacitação e são responsáveis pela gestão eficaz das vagas existentes de famílias de acolhimento (Decreto Lei nº 139/2019). Os organismos referidos têm também o objetivo de integrar as crianças/jovens nas famílias que os acolhem, considerando as suas necessidades, perfil e características psicossociais, bem como, promover um AF qualificado, de qualidade e com acompanhamento atento e vigilante, providenciado pela instituição de enquadramento devidamente capacitada (e.g., Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) ou IPSS) (Decreto Lei nº 139/2019).

O AF foi legislado pela primeira vez pelo Decreto Lei nº 288/79, que foi posteriormente revogado pelo Decreto Lei nº 190/92, altura em que entra em vigor a LPCJP (Lei nº 147/99), que integra a medida de AF nas medidas de colocação e que tem vindo a sofrer diversas alterações ao longo dos anos (Delgado et al., 2014). O AF, como uma MPP, foi regulamentado pelo Decreto-Lei nº 11/2008 (Decreto Lei nº 139/2019), sendo que, posteriormente, através da Lei nº 142/2015, o legislador concebeu o AF como uma medida cuja execução se deve perspetivar de forma integrada e atender ao superior interesse da criança, bem como, atender à formação, seleção e acompanhamento das FA, a quem as CPCJ ou o Tribunal confiam a guarda da criança/jovem em perigo, e que por esta razão, merecem especial proteção por parte do Estado (Decreto Lei nº 139/2019). A Lei nº 142/2015 veio prever a possibilidade de aplicação do AF, independentemente da previsibilidade de reintegração da criança à sua família biológica, bem como, privilegiar a medida de AF face à colocação em acolhimento residencial, introduzindo uma especial preferência para crianças até aos seis anos de idade (Decreto Lei nº 139/2019).

Neste sentido, tornou-se necessário rever o regime de colocação em AF, dando origem a uma regulamentação da execução da medida, pelo Decreto Lei nº 139/2019, que se encontra atualmente em vigor, consagrando os princípios, objetivos e finalidades da medida. O Decreto referido salienta a necessidade de consciencializar, sensibilizar, informar e incentivar a responsabilidade social e solidária para a constituição de FA e o seu recrutamento, bem como, evidencia a importância do rigor e da exigência na seleção e formação dos candidatos ao AF (Decreto-Lei nº 139/2019). As FA dispõem agora de um apoio pecuniário especificado, sendo atribuído por criança/jovem, considerando a sua idade, problemáticas e necessidades específicas, passando a FA a beneficiar de prestações sociais de parentalidade e podendo requerer os apoios de saúde, educação e sociais a que tenham direito (Decreto-Lei nº 139/2019). Para tal, os cuidadores recebem os apoios financeiros através de um subsídio pecuniário mensal do sistema de Segurança Social, que visa assegurar a manutenção e os cuidados das crianças, bem como, a satisfação das suas necessidades (Decreto-Lei nº 139/2019). Desde janeiro de 2020, a mensalidade do subsídio atribuído era cerca de 522.91€ por cada criança/jovem, sendo que o mesmo poderia ser acrescido em 15% para crianças até aos seis anos ou com necessidades especiais (e.g., situações de deficiência, doença crónica) (Decreto Lei n.º 139/2019; Diogo & Branco, 2020).

Para além deste suporte formal, as FA têm ainda um conjunto de outros direitos, como o respeito pela intimidade e preservação da sua vida privada e familiar, acesso a formação inicial e contínua, acesso a toda a informação relevante associada à criança/jovem a acolher, beneficiar

de acompanhamento e apoio técnico por parte da instituição de enquadramento, apoios a que a criança tenha direito (e.g., ao nível da saúde, educação, social), entre outros (Decreto Lei nº 139/2019). Por outro lado, constituem-se como deveres das FA exercer as obrigações subjacentes às responsabilidades decorrentes da confiança da criança/jovem, assegurando o seu desenvolvimento integral; facilitar e promover as condições para o fortalecimento de relações da mesma com a sua família biológica; informar a instituição de enquadramento de qualquer alteração nas suas condições de vida (e.g., composição do agregado familiar ou alteração de residência); garantir a confidencialidade da informação sobre a situação e os dados pessoais e familiares da criança/jovem; participar nos programas, ações de formação e reuniões promovidas pela instituição de enquadramento; assegurar os cuidados de saúde adequados à criança/jovem acolhido, bem como, a sua frequência no estabelecimento de ensino; manter-se disponível para continuar a relacionar-se com a criança/jovem após a substituição ou cessação da medida, entre outros (Decreto Lei n.º 139/2019).

Concluindo, o AF tende a ser a medida preferencial para crianças e jovens em perigo considerando que a sua colocação num contexto familiar proporciona melhores resultados de desenvolvimento e bem-estar (Delgado et al., 2018; Del Valle & Bravo, 2013). Neste sentido, a investigação sugere que as crianças/jovens em AF têm melhores resultados do que aquelas em AR (Raudkivi, 2020), sendo reconhecido o impacto positivo do AF enquanto contexto alternativo de cuidados com qualidade (Contreras & Muñoz, 2016; Nowacki & Schoelmerich, 2010). O AF mostra ser uma oportunidade valiosa para a intervenção, visto mostrar resultados positivos a longo prazo, tais como, menos problemas de externalização, maior ajustamento psicológico, maior bem-estar subjetivo, melhor funcionamento adaptativo, desenvolvimento mais positivo em termos de comportamento, recuperação de dimensões cognitivas, linguagem, expressão emocional, estabelecimento de relações de vinculação segura, melhorias no desempenho escolar, nas competências sociais, nos problemas de internalização e na redução significativa de hiperatividade (Ahmad et al., 2005; Barber & Delfabbro, 2005; Bergstrom et al., 2019; Bos et al., 2010; Carvalho et al., 2020; Ciarrochi et al., 2012; Delgado et al., 2019; Dozier et al., 2014; Nelson et al., 2014; Nowacki & Schoelmerich, 2010; Zeanah et al., 2003; Zeanah et al., 2017). Ao contrário do AR, o AF é constituído por cuidadores consistentes que prestam cuidados um para um, mais calorosos e responsivos, o que permite uma relação mais investida, particular e estável entre os acolhedores e a criança (Van Ijzendoorn et al., 2011). Por sua vez, o AR pode não responder de forma adequada às necessidades das crianças/jovens, devido às condições físicas das Casas de Acolhimento e à proporção do número elevado de

crianças/jovens para o número reduzido de cuidadores disponíveis, resultando em cuidados menos calorosos e responsivos (Soares et al., 2014).

Com efeito, dado que os primeiros anos de vida são um período de particular vulnerabilidade e, a exposição a situações de perigo pode ter efeitos negativos nas crianças (Bass et al., 2004), as colocações em AF desempenham um papel crucial no sistema de promoção e proteção (SPP), pois visam apoiar e proteger as crianças/jovens, ao lhes proporcionar um contexto familiar acolhedor e estimulante ao seu desenvolvimento e bem-estar (Migliorini et al., 2018). A FA deve cuidar e proteger a criança/jovem, mas também deve estar disponível para colaborar com a sua família biológica, através da promoção do contacto e de uma relação cordial com os mesmos (Diogo & Branco, 2020). Para a maioria das crianças/jovens acolhidas, o principal plano é a reunificação com a família biológica (Bass et al., 2004) e, portanto, que seja previsível a reintegração na sua família ou em meio natural de vida. Porém, tal não sendo possível, a criança/jovem deve ser preparado para a sua adoção ou para a autonomia de vida, nos termos previstos na LPCJP (Decreto Lei n.º 139/2019; López et al., 2010).

Apesar dos aspetos referidos, o recurso ao AF tem vindo a diminuir significativamente na última década em Portugal, com uma redução de 65% de crianças e jovens nesta resposta (ISS, 2020). Embora a investigação mostre que o AF é benéfico e a medida preferencial de colocação face ao AR, o recrutamento de novas FA tornou-se globalmente cada vez mais difícil (Contreras & Muñoz, 2016; Diogo & Branco, 2020; Raudkivi, 2020), sendo que esta diminuição revela a necessidade de recrutar mais FA dispostas a acolher. Como referido anteriormente o AR é quase exclusivamente o tipo de acolhimento em Portugal, sendo que das mais de 7 mil crianças acolhidas, em 2019, apenas 191 crianças (2.7%) encontravam-se em AF, o que corresponde a uma centralização da medida de AR (ISS, 2020). Em regime de AF, em 2019, das crianças acolhidas cerca de 64% são do sexo masculino, 76% representam jovens a partir dos 12 anos, sendo que apenas 8.4% tinham menos de 5 anos, e 11% dos jovens apresentavam problemas de comportamento (ISS, 2020). Das 191 crianças em AF, cerca de 70% encontrava-se acolhida há mais de 4 anos e metade tinha como projeto de promoção e proteção a autonomização, e não a reintegração na família biológica (ISS, 2020).

No contexto europeu, o AF tem progressivamente assumido maior relevância (e.g., Irlanda do Norte com 79% das crianças em AF, 73% em Inglaterra, 85% na Austrália, 86% na Noruega) (Del Valle & Bravo, 2013; Diogo & Branco, 2020), embora ainda se verifique uma necessidade de mais FA face às crianças/jovens em necessidade (Blackburn, 2016; Ciarrochi et al., 2012; Negrão et al., 2019). Com efeito, o número de FA existentes não se tem mostrado suficiente

para acolher as crianças/jovens em situações de risco e perigo, tanto a nível nacional, como internacional (Ciarrochi et al., 2012; Diogo & Branco 2017, 2020). Países como Alemanha, Espanha, França e Itália ainda apresentam taxas elevadas de AR, a rondar os 40 a 55% de crianças, porém a percentagem de AF continua a ser significativamente mais elevada, quando comparadas com Portugal (Del Valle & Bravo, 2013; Diogo & Branco, 2020; Kosher et al., 2018). Neste sentido, o sistema de AF em Portugal é caracterizado pela reduzida visibilidade, devido à ausência de uma divulgação sistemática, com campanhas regulares, e às dificuldades ao nível do recrutamento e seleção de potenciais FA (Delgado, 2010; Delgado et al., 2015; Delgado et al., 2018). Além disso, caracteriza-se por longos períodos de acolhimento, escassez de FA disponíveis, reduzido apoio e valorização das FA, entraves no acompanhamento, monitorização dos processos e funcionamento dos serviços, devido aos limites de recursos humanos e materiais disponibilizados (Delgado, 2010; Delgado et al., 2015; Delgado et al., 2018).

## **1.2. Desafios em torno do recrutamento e seleção das famílias de acolhimento**

Encontrar famílias dispostas a acolher uma criança ou jovem é um dos principais desafios atuais do SPP (López et al., 2010). As mudanças na sociedade e a situação económica atual tornaram esta procura cada vez mais complexa (López et al., 2010). No contexto português, o perfil do cuidador e das famílias é caracterizado por pessoas mais velhas, com baixo nível de escolaridade e onde um terço das famílias têm ambos os cuidadores desempregados (Diogo & Branco, 2020). O recrutamento é, assim, um processo complexo que envolve recursos, custos e tempo de avaliação, sendo que um bom recrutamento permite manter as FA, aumentando a estabilidade da colocação das crianças (Dando & Minty, 1987; Rhodes et al., 2001).

Face a esta situação, a literatura indica que o recrutamento eficaz de famílias de acolhimento começa com a promoção da medida na comunidade, nomeadamente, clarificando a importância de acolher (Baum et al., 2001). Deste modo, as intervenções de recrutamento bem-sucedidas são aquelas que visam toda a comunidade, envolvem FA já experientes e utilizam todos os recursos disponíveis (e.g., recursos humanos, utilização das redes sociais, campanhas de sensibilização nos *media*) (López et al., 2010). O reconhecimento e os conhecimentos por parte da comunidade acerca do AF são fatores importantes no recrutamento de potenciais FA (López et al., 2010; Sebba, 2012). López e colegas (2010) descrevem que, em termos de recrutamento, inicialmente é necessário (a) identificar o perfil e as necessidades das crianças, de modo a identificar as áreas prioritárias para atrair as famílias. Efetivamente, um dos desafios do recrutamento inclui garantir um adequado processo de *matching*, isto é, o

processo de seleção da FA mais adequada para uma criança (Zeijlmans et al., 2017, 2018, 2019). Este processo implica uma tomada de decisão complexa para a qual contribuem fatores organizacionais (e.g., tempo disponível ou limitações de escolha de FA) e contextuais do processo (e.g., número de irmãos ou problemas de comportamento da criança) (Zeijlmans et al., 2017). Dentro dos fatores organizacionais, o mais descrito refere-se à falta de FA disponíveis, tendo sido uma das principais dificuldades da colocação em AF (Zeijlmans et al., 2017, 2018, 2019). A falta de FA disponíveis resulta na decisão de adiar a colocação ou colocar a criança numa família considerada menos adequada face às suas necessidades (Zeijlmans et al., 2017). Assim, revela-se essencial que o perfil dos cuidadores recrutados responda às necessidades específicas das crianças/jovens em situação de acolhimento. Em seguida, (b) é necessário envolver as atuais FA, compreendendo como obtiveram conhecimento sobre o AF, as suas motivações, níveis de satisfação, suporte recebido e monitorização do acompanhamento, com vista à identificação de dimensões que podem ser melhoradas e quais as estratégias de recrutamento bem-sucedidas (López et al., 2010).

De modo geral, os métodos de sensibilização mais utilizados têm sido o uso de anúncios em jornais, rádios, televisão, cinemas, autocarros, coberturas, outdoors e panfletos (López et al., 2010), porém apenas uma percentagem dos indivíduos refere acolher porque viu um artigo no jornal ou na televisão sobre o AF (Ramsay, 1996). Contrariamente, os outdoors e os folhetos distribuídos podem despertar o desejo e interesse de potenciais cuidadores (Diogo & Branco, 2017). Algumas FA também mostram interesse pelo AF por conhecerem outras FA, experiências de amigos e familiares ou pelo encorajamento da comunidade, influenciando positivamente a sua decisão (Canali et al., 2016; Marcenko et al., 2009; Sebba, 2012). Outros meios utilizados são as redes sociais e sites, além da divulgação *boca-a-boca*, que se tem mostrado uma ferramenta de recrutamento mais eficaz e direcionada do que as abordagens dos *media* (López et al., 2010; Marcenko et al., 2009).

De realçar que, segundo Rodwell e Biggerstaff (1993), a personalização das campanhas a um determinado público-alvo (e.g., idade, sexo, contexto cultural ou zona geográfica) é uma dimensão importante. A disseminação de mensagens e histórias deve considerar as características do público-alvo, devendo a personalização de materiais audiovisuais específicos conter histórias compatíveis com a realidade das FA, mas também ser inspiradora o suficiente para que uma família/indivíduo possa decidir que pode acolher uma criança/jovem (Rodwell & Biggerstaff, 1993). Além disso, a literatura sugere que o contacto interpessoal com as FA nas campanhas de recrutamento é o método de recrutamento mais eficaz, pelas vantagens do contacto pessoal, comunicação e autenticidade sentida, dando ainda oportunidade de potenciais

cuidadores colocarem dúvidas e questões (Cox et al., 2002). Torna-se assim fundamental desenvolver esforços ao nível da imagem pública das FA, com o apoio dos *media* nas estratégias de recrutamento e sensibilização, de modo a que as imagens negativas não desencorajem potenciais famílias (López et al., 2010).

Em Portugal, as FA são recrutadas, selecionadas, apoiadas e monitorizadas, por equipas multidisciplinares que trabalham para as Entidades que oferecem o seu programa de AF (Diogo & Branco, 2020). Após a fase de seleção, os candidatos passam por um período de formação inicial e um período de preparação do acolhimento, onde recebem informações sobre as condições e problemáticas da criança e da sua família de origem (Delgado, 2010). Na altura da formação inicial, os profissionais devem preparar as futuras FA com orientações sobre o funcionamento das FA ou dificuldades de desenvolvimento esperadas da criança (Baum et al., 2001; De Maeyer et al., 2014). Para a maioria das FA, a formação não influenciou a decisão, porém, afirmam que as informações a respeito do sistema e questões legais, o conteúdo como saber o que esperar ou como lidar com a criança, foram questões valorizadas e que os prepararam melhor, dado que esta formação aumenta os resultados de uma colocação positiva, a autoeficácia percebida das FA e a probabilidade de retenção das mesmas (Baum et al., 2001; Whenan et al., 2009). Todavia, as FA referem também que, após a formação, sentem não ter informação suficiente (e.g., sobre parentalidade com adolescentes, como articular com as famílias biológicas) e não receberam formação adicional após integração da criança (e.g., para aprender a lidar com comportamentos e áreas problemáticas da criança) (Denby et al., 1999; Rhodes et al., 2001).

Assim, o apoio profissional, emocional e instrumental adequado é um aspeto central, sendo a disponibilidade e o relacionamento com os profissionais valorizados pelas FA (Diogo & Branco, 2017). Não obstante, o elevado número de casos e de sobrecarga de trabalho, prazos exigentes e a falta de recursos humanos limitam significativamente a capacidade dos profissionais em construir relacionamentos próximos e de confiança com as crianças e as FA (Bass et al., 2004). Críticas comuns na literatura indicam problemas de coordenação entre os profissionais e as FA, bem como, os serviços, preparação e apoios necessários (Bass et al., 2004; Fuentes et al., 2018). Visto que a relação com os profissionais e o envolvimento dos serviços influenciam positivamente a satisfação das FA, e algumas estão insatisfeitas com o papel dos serviços sociais, estes devem atender às necessidades das FA, aumentando a sua satisfação e desejo de continuar a acolher (Canali et al., 2016; Denby et al., 1999; Diogo & Branco, 2020; Geiger et al., 2013; MacGregor et al., 2006; Van Holen et al., 2019).

### **1.3. Fatores explicativos para se tornar família de acolhimento**

Apesar das dificuldades de recrutamento, conhecer os fatores explicativos de se tornar FA permite prever o sucesso da colocação e a manutenção das FA. A maioria das FA relatam acolher por razões centradas na criança, intrínsecas e altruístas (e.g., ajudar uma criança, promover um lar e um contexto familiar, ter um impacto positivo no seu desenvolvimento) (Buehler et al., 2003; Canali et al., 2016; Contreras & Muñoz, 2016; Delfabbro et al., 2002; De Maeyer et al., 2014; Diogo & Branco, 2017; Harden et al., 2008; López & Del Valle, 2016; MacGregor et al., 2006; Randle et al., 2012; Rhodes et al., 2006; Rodger et al., 2006; Sebba, 2012). Estes fatores explicativos foram associados a experiências de acolhimento mais positivas, maior satisfação da FA, duração do acolhimento e a maior probabilidade de continuar a acolher (De Maeyer et al., 2014; Rodger et al., 2006).

Além disso, a investigação sugere ainda que os indivíduos com idades mais jovens (Ciarrochi et al., 2012; Randle et al., 2012) e que as mulheres (Contreras & Muñoz, 2016; Randle et al., 2012) parecem apresentar maior disponibilidade para ser FA. Estes resultados podem, por um lado, estar associados ao ciclo vital da família, em que no caso dos mais jovens as mudanças e a redefinição de papéis e funções ocorrem em torno do estabelecimento de relacionamentos amorosos e do compromisso a um novo sistema – subsistema conjugal-, o que implica a preparação e o planeamento familiar para a integração de novos membros (Carter & McGoldrick, 1989). Estes aspetos do ciclo vital poderão contextualizar a possibilidade destes indivíduos estarem mais disponíveis para acolher crianças ou jovens.

Por outro lado, no que diz respeito às diferenças de sexo, a literatura sugere que a maior disponibilidade das mulheres para se tornarem FA pode estar relacionada com as diferenças de papéis sociais e expectativas culturais (Katz-Wise et al., 2010), uma vez que estas tendem a assumir mais tarefas e responsabilidades do dia-a-dia do que os homens (e.g., acompanhar em consultas de saúde) (Vanderfaeillie et al., 2016; Wilson et al., 2007). Neste sentido, tendem a ser as primeiras a considerar esta possibilidade, a sugerir a ideia ao parceiro e a iniciar o contacto com as entidades de recrutamento de AF (Hojer, 2004; Randle et al., 2012; Wilson et al., 2007). A literatura sugere também que as mulheres revelam um nível maior de entusiasmo com a ideia de acolher, pelo facto de desejarem partilhar a sua capacidade e competência em cuidar dos outros, não obstante, ao facto de, posteriormente, os homens se revelarem igualmente comprometidos (Hojer, 2004). Com efeito, há um conjunto de diferenças individuais amplamente descritas na literatura e que podem ajudar a explicar estes resultados, nomeadamente, o facto de as mulheres tenderem a ser mais empáticas, apresentarem mais competências para estabelecer relacionamentos positivos, mais competência de adaptação,

solicitarem mais apoio social e desempenharem um papel de maior envolvimento na supervisão dos filhos (Landazabal, 2009; Levy-Shiff, 1994; Lu, 2006; Starrels, 1994; Toussaint & Webb, 2005). Além disso, os estudos com as FA tendem a incluir fundamentalmente as cuidadoras femininas, mais do que cuidadores masculinos (Vanderfaellie et al., 2016).

A teoria dos recursos - *Resource Theory* - tem sido também sugerida como uma teoria útil na compreensão das razões pela quais as pessoas se tornam FA (Cox et al., 2003; Migliorini et al., 2018). De acordo com a referida teoria, um recurso consiste em “qualquer aspeto que um membro da família possa oferecer a outro para o ajudar a satisfazer necessidades pessoais ou atingir objetivos” (Hesse-Biber & Williamson, 1984, p. 262). Neste sentido, quanto maior a quantidade de recursos o indivíduo possuir, nomeadamente, níveis mais elevados de educação/habilitações académicas, maior rendimento, disponibilidade de tempo e de espaço, experiência parental e suporte social, maior será a probabilidade de oferecer tais recursos a outros (Cox et al., 2003; De Maeyer et al., 2014; Migliorini et al., 2018). Assim, quanto mais os recursos da família, maior será a probabilidade de acolherem crianças/jovens em situações de necessidade (Cox et al., 2003; De Maeyer et al., 2014).

Finalmente, é também fundamental referir que a literatura explorou algumas das razões que as famílias apresentam para não desejarem acolher, associadas maioritariamente à falta de recursos das famílias (i.e., financeiros, de tempo, familiares), nomeadamente, o medo e dificuldade em lidar com comportamentos desafiadores da criança, a perceção de dificuldades financeiras e pagamentos inadequados, a influência negativa da criança no filho biológico, a falta de apoio, sensibilidade e envolvimento dos profissionais, a burocracia complicada e atrasos nos procedimentos administrativos, os compromissos a nível familiar e laboral, a falta de informação sobre a criança ou as mudanças na vida pessoal (Blackburn, 2016; Buehler et al., 2003; Cooley et al., 2015; Fuentes et al., 2018; Randle et al., 2012; Rhodes et al., 2001).

Em suma, as razões centradas no altruísmo, nos valores da solidariedade, no afeto por crianças, no valor da família, na história de vida pessoal, familiar ou profissional, bem como, o conhecimento e contacto com outros acolhedores ou com o sistema (e.g., terem sido acolhidos) e algumas variáveis sociodemográficas parecem contribuir para uma maior predisposição dos indivíduos para se tornarem FA (Ciarrochi et al., 2012; Contreras & Muñoz, 2016; Diogo & Branco, 2017, 2019; Ramsay, 1996; Randle et al., 2012). Uma avaliação cuidadosa dos indivíduos interessados pode ajudar os profissionais a identificar os cuidadores com potencial para se tornarem FA e melhorar o recrutamento e seleção de FA (De Maeyer et al., 2014).

#### **1.4. Representações e conhecimentos sobre as FA e o AF**

Apesar do reconhecimento da importância das FA, a comunidade científica tem focado a sua investigação nas crianças/jovens em AF e um menor investimento nas FA (Andersson, 2001; Ciarrochi et al., 2012). Os estudos realizados com amostras de FA demonstram a existência de vários aspetos positivos associados ao AF (e.g., impacto positivo na vida de uma criança), mas também desafios decorrentes da experiência (e.g., comportamento desafiante por parte da criança, dificuldades na separação da criança acolhida) (Blackburn, 2016; Diogo & Branco, 2017, 2020). Porém, as experiências positivas das FA revelam a necessidade de ampliar e fortalecer esta medida no SPP e, desta forma, alguns autores sugerem que a população geral deve ter contacto com as FA e com as suas experiências, uma vez que estas partilhas contribuem como um fator motivacional para recrutar mais FA (Blackburn, 2016; Contreras & Muñoz, 2016; De Maeyer et al., 2014; Diogo & Branco, 2017, 2020; Sebba, 2012).

Contudo, Randle e colegas (2012) destacam como principal fator para que os indivíduos não desejem acolher, o facto de estes não terem conhecimentos suficientes sobre o SPP e o AF, sendo que quase 30% da sua amostra não sabia onde encontrar informações sobre o mesmo. O desconhecimento geral da comunidade, bem como, a falta de conhecimento e informação sobre o SPP parecem estar associados a menor probabilidade de se tornar FA, o que demonstra uma necessidade de comunicar de forma mais eficaz com a comunidade, para que mais indivíduos possam tornar-se FA (Bass et al., 2004; De Maeyer et al., 2014; Randle et al., 2012; Sebba, 2012). A ausência de disseminação de informação adequada e fidedigna (e.g., assumir que se pode ser candidato a adoção e FA simultaneamente) acerca do SPP parece explicar a necessidade de explorar os conhecimentos e as perceções da comunidade. Com efeito, uma das principais barreiras para se tornarem FA está associada ao desconhecimento geral acerca da medida de AF (Diogo & Branco, 2017; Goodman et al., 2016; Randle et al., 2012; Sebba, 2012).

Esta falta de conhecimento torna necessária a maior consciencialização da comunidade para a necessidade da aplicação da medida de AF (Marcenko et al., 2009; Raudkivi, 2020; RoCHAT et al., 2016). O aumento do conhecimento parece contribuir para atitudes mais positivas em relação ao sistema e às FA, através da informação clara da medida de AF e, especificamente, do processo de se tornar FA (Contreras & Muñoz, 2016; Marcenko et al., 2009; Raudkivi, 2020; Sebba, 2012). Este conhecimento permite ultrapassar os aspetos desafiadores do recrutamento de FA, visto que a familiaridade tem um impacto positivo no desejo de os indivíduos se tornarem FA (e.g., ouvir experiências pessoais de outras FA) (Marcenko et al., 2009; RoCHAT et al., 2016; Sebba, 2012).

Para compreender as percepções da comunidade é necessário ter em conta as suas atitudes. As atitudes desenvolvem-se a partir de crenças acerca do objeto da atitude, sendo que ligam o comportamento a um determinado atributo positivo ou negativo, que os indivíduos automaticamente adquirem como a atitude em relação a esse objeto (Raudkivi, 2020). Segundo Raudkivi (2020), as atitudes positivas em relação a FA e o apoio percebido de familiares próximos são os dois fatores positivamente relacionados com a intenção de se tornar FA. Além disso, os indivíduos que procuram mais informações e expressam mais interesse e intenção em acolher são aqueles que revelam maior suporte social e com níveis de empatia elevados (Ciarrochi et al., 2012). Por outro lado, as concepções negativas podem influenciar a decisão dos indivíduos em se tornarem FA (e.g., comportamento negativo das crianças) (Raudkivi, 2020). As percepções negativas públicas, mitos e crenças irrealistas acerca do acolhimento desencorajam as futuras FA (Sebba, 2012). Neste sentido, as imagens sociais negativas têm um impacto prejudicial, podendo ter um efeito indireto, pelas práticas discriminatórias, sendo fundamental evitar a rotulagem negativa em torno do sistema (Calheiros et al., 2015).

Carvalho e colegas (2013), com uma amostra de FA, verificaram que a perspetiva destas famílias é menos positiva quando há falta de capacitação, não recebem informações sobre a criança e existe incerteza quanto à duração esperada do acolhimento. Deste modo, a percepção de longos períodos de espera está associada a uma visão negativa do sistema, como sendo injusto, com baixo desempenho, com capacidade inadequada de resposta dos serviços e constituído por profissionais com falta de empatia, competência e disponibilidade (Marcenko et al., 2009; Rochat et al., 2016). Além de que, descrevem o acesso à informação como escasso, mal distribuído, pouco confiável e caracterizado por visões estereotipadas, bem como, com processos morosos e requisitos excessivos (Marcenko et al., 2009; Rochat et al., 2016).

A imagem pública do acolhimento, as mudanças na sociedade e a maior dificuldade em atender às necessidades complexas das crianças/jovens dificultam, ainda mais, o recrutamento de famílias disponíveis e contribui para a durabilidade das opiniões negativas da comunidade face ao sistema de acolhimento (Baum et al., 2001; Calheiros et al., 2015). Se a imagem da comunidade sobre o sistema é limitada, incorreta e negativa, recrutar e manter FA no sistema torna-se ainda mais complexo (Leber & LeCroy, 2012). Assim sendo, para além de fatores políticos, legislativos ou financeiros, a percepção da comunidade é um fator chave para efeitos de sensibilização e consciencialização, o que poderá facilitar o recrutamento de potenciais FA (Leber & LeCroy, 2012). Portanto, as campanhas de sensibilização podem ajudar a superar dúvidas e incertezas acerca do AF, alterando as representações da comunidade (Delgado et al., 2018; Diogo & Branco, 2019; Randle et al., 2012).

Resumidamente, dos estudos que exploram as percepções acerca do AF, a maioria foca-se na perspectiva das FA, das crianças ou dos profissionais envolvidos (e.g., Buehler et al., 2003; Chapman et al., 2004; Cooley & Petren, 2011; Hojer, 2009; Munson et al., 2011; Thomson, 2007; Wilson et al., 2007), todavia poucos exploram as percepções da comunidade. A percepção pública sobre o AF é um tema bastante ausente em Portugal (e.g., Negrão et al., 2019) e escassamente abordado na literatura internacional (e.g., Leber & LeCroy, 2012). Dada a insuficiente aplicação da medida de AF em Portugal é relevante explorar os conhecimentos e percepções da comunidade acerca do AF, de modo a promover políticas positivas e a recrutar mais famílias interessadas em se tornar FA (Leber & LeCroy, 2012). Por outro lado, é a comunidade que dissemina e transmite essas representações em diferentes contextos sociais e formas de interação (e.g. contexto familiar ou profissional) (Calheiros et al., 2015).

Dos poucos estudos realizados com amostras da comunidade, o estudo de Leber e LeCroy (2012) explorou a percepção pública em relação ao sistema de acolhimento. Os participantes mostraram um conhecimento relativamente amplo e uma atitude generalizada positiva em relação ao sistema de acolhimento, acreditando que este protege as suas crianças, apesar de realçarem a necessidade de ocorrer uma mudança e reforma no mesmo (Leber & LeCroy, 2012). Os participantes reconheceram que a formação é um requisito para se tornarem FA, porém, desconhecem o facto de o mau-trato físico não ser o principal motivo de retirada das crianças (Leber & LeCroy, 2012). Os resultados mostraram que os participantes apresentam genericamente opiniões positivas sobre as motivações das FA, reconheceram que estas enfrentam dificuldades e merecem apoio da sociedade e maior atenção por parte do Governo, contudo, reconheceram também algumas preocupações com a recompensa financeira como principal motivação, a crença de que as crianças se perdem no sistema e que as FA não recebem formação e suporte necessário (Leber & LeCroy, 2012). Igualmente, num estudo realizado, em 2003, pela Pew Commission (citado por Leber & LeCroy, 2012), os entrevistados relataram pouca confiança no sistema para cuidar das crianças.

Contreras e Muñoz (2016) com o objetivo de analisar o conhecimento e predisposição de alunos universitários acerca do AF, concluíram que os participantes confundem a medida de AF com a de adoção, mas mostravam predisposição para acolher e reconheciam a primazia do AF face ao AR. Pese embora, uma percentagem tenha afirmado não receber informação acerca do AF, os participantes têm uma percepção positiva das FA, considerando que as crianças são protegidas, salientando que as FA precisam de formação, antes e durante o acolhimento e também que a internet e os *media* são os meios mais adequados para recrutar novas FA (Contreras & Muñoz, 2016). Outros estudos concluíram também que os participantes

consideram que o AF é a melhor alternativa de cuidado, porém a maioria não está consciente que pode ser FA, desconhecendo a medida, as entidades que trabalham com as FA e revelaram ainda indisponibilidade para acolher devido a recursos de tempo, espaço ou pelo medo do retorno da criança à família biológica (Cosano, 2004; Jimenez, 2003 citados por Contreras & Muñoz, 2016).

Em Portugal, Negrão e colegas (2019) realizaram um estudo com o objetivo de compreender os conhecimentos e percepções públicas acerca do AF, com uma amostra constituída por 270 indivíduos, com idades compreendidas entre os 19 e os 65 anos e a maioria do sexo feminino. Os autores avaliaram variáveis sociodemográficas, conhecimentos sobre o acolhimento, efeitos positivos e riscos do acolhimento, percepção das condições, motivações e obstáculos face ao acolhimento, além da disponibilidade para ser FA. Os resultados demonstraram que os participantes possuíam reduzidos conhecimentos, nomeadamente consideravam que eram as crianças mais novas em situação de acolhimento, hipervalorizavam a exposição ao mau trato físico, subestimavam o número de crianças/jovens em AR, e pelo contrário, sobrestimavam esse número em AF (Negrão et al., 2019). No entanto, apresentavam uma atitude favorável face ao AF, uma elevada disponibilidade de se tornarem FA e reconheceram o AF como uma resposta mais adequada de colocação em comparação com o AR (Negrão et al., 2019). Os participantes acreditavam que as motivações prevalentes seriam a experiência familiar positiva para a criança e fazer a diferença na vida da mesma, assim como, a necessidade de maior atenção por parte do Governo a esta questão e o aprimoramento do acompanhamento dos serviços sociais (Negrão et al., 2019). Foi salientado, ainda, as limitações de tempo, devido a motivos profissionais e as limitações financeiras, consideradas insuficientes, como as maiores dificuldades para se tornar FA (Negrão et al., 2019).

### **1.5. Problemas e objetivos de investigação**

Embora o AF seja considerado uma MPP privilegiada face ao AR, o número de crianças/jovens integrados em AF, em Portugal, é ainda reduzido (i.e., cerca de 3%) (Diogo & Branco, 2017; ISS, 2019). Face ao exposto, visto não existirem FA suficientes para acolher é crucial explorar o conhecimento e as percepções da comunidade acerca do AF e das FA, com vista a melhorar as práticas de recrutamento de novas FA e, conseqüentemente, potenciar a seleção das mesmas (Andersson, 2001; De Maeyer et al., 2014; Diogo & Branco, 2017, 2020; Rhodes et al., 2006; Sebba, 2012).

Neste sentido, esta dissertação pretende identificar os conhecimentos e as percepções atuais acerca do acolhimento familiar e das famílias de acolhimento de uma amostra de adultos da

comunidade em contexto português. Com isto, dada a escassa representação na literatura (e.g., Contreras & Muñoz, 2016; Leber & LeCroy, 2012; Negrão et al., 2019), pretende, simultaneamente, contribuir para o investimento científico das representações e conhecimentos da comunidade acerca do AF. Especificamente, pretendemos compreender o papel destes conhecimentos e perceções na intenção dos participantes em se tornarem famílias de acolhimento. De igual modo, com base na teoria dos recursos previamente referida, pretendemos também compreender o papel de diferentes recursos (i.e., relação de intimidade, estado civil, ter filhos (parentalidade), rendimento do agregado, habilitações académicas e contacto prévio com o SPP) e de variáveis sociodemográficas (i.e., sexo e idade) na intenção dos participantes em se tornarem famílias de acolhimento.

Com base na literatura anteriormente revista, formulámos as seguintes hipóteses: (a) quanto maior o nível de conhecimento dos participantes, maior será a intenção de se tornarem famílias de acolhimento; (b) participantes com perceções mais positivas relativamente ao sistema de acolhimento e às famílias de acolhimento apresentam maior intenção de se tornarem famílias de acolhimento; (c) participantes com mais recursos (e.g., maior rendimento do agregado, nível de educação mais elevado) revelam maior intenção em se tornarem famílias de acolhimento; e por último (d) os participantes mais jovens, bem como, do sexo feminino são aqueles que revelam maior intenção em se tornarem famílias de acolhimento.



## CAPÍTULO 2

### Método

#### 2.1. Participantes

A amostra do presente estudo é constituída por 404 participantes com idades compreendidas entre os 26 e os 72 anos ( $M= 41.75$ ;  $DP= 9.94$ ), dos quais 55% são do sexo feminino e 45% do sexo masculino. A maioria dos participantes tem nacionalidade portuguesa (96.3%) e reside em Leiria (43.6%). Relativamente ao estado civil, 50% é casado, 36.4% é solteiro, 12.6% é divorciado e 0.5% é viúvo. A maioria dos participantes tem filhos (65.3%). No que diz respeito às habilitações académicas, 62.4% dos participantes concluiu o ensino superior, sendo que destes 35.4% completou uma licenciatura e 23.8% completou um mestrado, enquanto 27.2% dos participantes concluiu o ensino secundário. Ao nível do rendimento do agregado familiar, 10.1% auferem mensalmente até 1000€, 40% entre 1001€ e 2000€, 25.6% entre 2001€ e 3000€, 11.6% entre 3001€ e 4000€, 5.5% entre 4001€ e 5001€ e, por último, 7.2% dos participantes auferem um rendimento mensal do agregado superior a 5001€. Relativamente à situação profissional ou académica atual, 79.7% dos participantes é trabalhador, 8.2% é trabalhador-estudante, 6.4% está desempregado e apenas 2% é estudante.

Em relação à existência (ou não) de contacto prévio com o Sistema de Promoção e Proteção (SPP) de crianças e jovens, por parte dos participantes, a maioria afirmou nunca ter tido contacto (61.1%). Dos restantes participantes que afirmaram ter tido contacto prévio com o SPP (38.9%), este decorreu das seguintes circunstâncias: 13.4% conhece pessoas e/ou cujos filhos tiveram processo numa Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ); 12.4% conhece pessoas que estiveram acolhidas numa instituição/casa de acolhimento; 11.9% teve ou tem contacto com o SPP devido a motivos académicos e/ou profissionais seus ou de familiares/amigos; 7.2% conhece pessoas que foram/são famílias de acolhimento; 4.5% tiveram processo numa CPCJ e/ou Tribunal e, por fim, 0.2% dos participantes já esteve acolhido numa instituição, e a mesma percentagem viveu com uma família de acolhimento.

#### 2.2. Instrumentos

##### 2.2.1. *Questionário Sociodemográfico*

Com o objetivo de caracterizar os participantes ao nível social e demográfico, inicialmente foi aplicado um questionário sociodemográfico que integra questões a nível individual (e.g., sexo, idade, distrito de residência, estado civil), académico (e.g., último grau académico concluído), familiar (e.g., se tem filhos, valor do rendimento mensal bruto do agregado) e

profissional (e.g., condição laboral atual). O questionário incluiu ainda uma questão acerca da existência (ou não) de contacto com o SPP, por parte dos participantes.

### **2.2.2. *Intenção de se tornar família de acolhimento***

Para medir a intenção dos participantes em se tornarem famílias de acolhimento procedeu-se à aplicação de três itens (“Estou disposto a ser família de acolhimento em breve”; “Planeio ser família de acolhimento em breve”; “Farei um esforço para me tornar família de acolhimento em breve”) que medem a intenção comportamental e que foram traduzidos e adaptados do estudo de Ru e colegas (2019). Os participantes responderam aos itens referidos numa escala do tipo *Likert* de 7 pontos, desde discordo fortemente (1) a concordo fortemente (7), sendo que uma pontuação mais elevada reflete maior intenção de se tornar família de acolhimento. Ru e colegas (2019) encontraram um valor de consistência interna excelente ( $\alpha = 0.90$ ), e no presente estudo, um valor de consistência interna semelhante foi obtido ( $\alpha = 0.94$ ).

### **2.2.3. *Percepções acerca do Sistema de Acolhimento Familiar***

Para medir as percepções acerca do sistema de acolhimento familiar foi traduzida a escala de Leber e LeCroy (2012) constituída por 12 itens (e.g., “O sistema de acolhimento familiar protege as crianças que estão ao seu cuidado”). Os participantes responderam aos itens utilizando uma escala do tipo *Likert* de 5 pontos, desde (1) discordo fortemente até (5) concordo fortemente. No presente estudo procedemos ao cálculo do valor de consistência interna, tendo sido obtido um valor sofrível ( $\alpha = 0.52$ ). Depois de retirado o item 1 (“São necessárias mudanças e melhorias no sistema de acolhimento familiar”), foi obtido um valor de consistência interna aceitável ( $\alpha = 0.64$ ).

### **2.2.4. *Percepções acerca das Famílias de Acolhimento***

Relativamente às percepções dos participantes acerca das famílias de acolhimento, foi traduzida a escala de Leber e LeCroy (2012) constituída por 13 itens (e.g., “A maioria das famílias de acolhimento são competentes no seu papel”). Os participantes responderam aos itens utilizando uma escala do tipo *Likert* de 5 pontos, desde (1) discordo fortemente até (5) concordo fortemente. No presente estudo procedemos ao cálculo do valor de consistência interna, tendo sido obtido um valor sofrível ( $\alpha = 0.53$ ). Depois de retirado o item 13 (“Quando as crianças precisam de ser retiradas é melhor que sejam acolhidas por familiares do que por outro tipo de acolhimento”), foi obtido um valor de consistência interna aceitável em torno de 0.60 ( $\alpha = 0.59$ ).

### **2.2.5. Conhecimentos acerca do Acolhimento Familiar**

Os conhecimentos acerca do acolhimento familiar foram medidos com recurso a 6 itens (e.g., “As crianças e jovens são colocadas em acolhimento familiar principalmente porque foram negligenciadas pelos seus pais”) traduzidos e adaptados do estudo de Leber e LeCroy (2012). Os itens foram respondidos numa escala de duas opções: verdadeiro (V) e falso (F), sendo que se pretende analisar a percentagem de participantes que responde corretamente à afirmação. A escala original é constituída por 15 itens, porém, por razões de comparabilidade, no presente estudo apenas foram utilizados os itens que se aplicavam ao contexto português.

### **2.3. Procedimentos**

O presente estudo encontra-se integrado num projeto de investigação mais alargado, tendo obtido parecer favorável da Comissão de Ética do ISCTE-IUL (Ref 92/2019). Nesta dissertação apenas foram considerados os participantes que preenchiam o critério etário para ser família de acolhimento (i.e., com idade superior a 25 anos) e que haviam preenchidos os diferentes instrumentos apresentados. A recolha de dados foi realizada *online*, através do *software Qualtrics*, onde foram apresentadas as condições para a participação, nomeadamente, o esclarecimento acerca dos objetivos de investigação e dos aspetos éticos e deontológicos, o direito de interrupção a qualquer momento, a confidencialidade e anonimato dos dados, e a natureza voluntária da participação, de modo a que os participantes providenciassem o seu consentimento informado.

Relativamente à análise de dados, a mesma foi realizada através do programa *IBM® SPSS® Statistics, v27*, onde se procedeu às análises descritivas referentes à caracterização da amostra, bem como, das perceções e conhecimentos dos participantes. A respeito dos itens da perceção do sistema de AF e das FA, procedeu-se à inversão dos itens cuja formulação representava uma perceção negativa, de modo que o somatório de todos os itens refletisse uma perceção positiva sobre o sistema e as famílias de acolhimento. No que diz respeito aos conhecimentos sobre o sistema foram somadas as respostas corretas aos itens para obter uma dimensão global, sendo que uma pontuação superior representa níveis mais elevados de conhecimentos.

Posteriormente, foram analisadas as correlações (Coeficiente de Pearson –  $r$ ) entre as principais variáveis em estudo, nomeadamente a perceção das FA e do sistema de AF, os conhecimentos acerca do AF e a intenção de se tornar FA, bem como, as variáveis sociodemográficas contínuas, consideradas pertinentes de acordo com a literatura (i.e., idade, rendimento do agregado familiar e último grau académico concluindo). Em relação ao último grau académico obtido, este poderia oscilar entre 1 (1º ciclo de ensino básico) e 7 (3º ciclo do

ensino superior, doutoramento), sendo que níveis superiores indicam níveis superiores de educação/qualificação. Foram ainda analisadas as diferenças de médias nestas dimensões de acordo com o sexo dos participantes (teste t para amostras independentes).

De seguida, foi realizada uma Regressão Linear Múltipla, de modo a identificar os preditores da intenção de se tornar FA. Para tal, foi necessário a verificação dos pressupostos pela relação linear entre a intenção e as variáveis independentes (i.e., a distribuição dos resíduos é aleatória), independência dos erros (Durbin-Watson = 1.96), distribuição normal dos erros através do histograma, média nula dos erros ( $M=0$ ), homocedasticidade dos erros (i.e., erros com variância constante) e ausência de multicolinearidade, sendo que os VIF se apresentaram inferiores a 2 (conforme Quadro 3.6). No modelo, as variáveis categóricas foram recodificadas para a análise, nomeadamente o sexo (0= Masculino; 1= Feminino), ter filhos (0 = Não; 1= Sim), relação de intimidade (0 = Sem relação; 1= Numa relação de intimidade com ou sem coabitação); estado civil (0= Sem parceiro, que inclui as categorias solteiro, viúvo ou divorciado/separado; 1= Casado) e contacto prévio com o SPP (0 = Sem contacto; 1 = Sim). Dada a natureza exploratória do presente estudo, a significância estatística foi considerada em  $p<0.10$  (Maroco, 2007).

## CAPÍTULO 3

### Resultados

#### 3.1. Percepções acerca do Sistema de Acolhimento Familiar

De modo geral, a maioria dos participantes apresenta percepções positivas acerca do sistema de acolhimento familiar, nomeadamente 77% reportou que concorda/concorda fortemente em que o Estado devia gastar mais dinheiro para apoiar o sistema de acolhimento familiar (Quadro 3.1). Igualmente, 92.1% concorda/concorda fortemente em como é do superior interesse para a sociedade prestar cuidados de qualidade a crianças em acolhimento familiar e, ainda, 84.4% concorda/concorda fortemente que o sistema de acolhimento familiar merece mais atenção a nível nacional.

Os participantes refletiram nas suas respostas algumas críticas comuns acerca do sistema de acolhimento familiar, também mencionadas na literatura, como a maioria (66.1%) concordar que são necessárias mudanças e melhorias no sistema de acolhimento familiar e que, o acolhimento familiar deveria ser prolongado para além dos 18 anos, porque os jovens ainda precisam de apoio na sua transição para a vida adulta (72.7%). Neste sentido, a maioria dos participantes discorda/discorda fortemente da afirmação de que o Estado não precisa do sistema de acolhimento familiar (87.1%), assim como, discorda/discorda fortemente de que Igrejas ou outras instituições privadas deveriam cuidar das crianças em vez de ser o sistema de acolhimento familiar a fazê-lo (55.5%).

No entanto, os participantes parecem ter dúvidas (respondendo “não tenho certeza”) em questões como a gestão satisfatória de uma criança por parte dos técnicos do sistema de acolhimento familiar (74.5%), a afirmação de que as pessoas que trabalham no sistema de acolhimento familiar têm a formação e os recursos necessário (72.8%), bem como, a crença de que as crianças se perdem no sistema de acolhimento familiar (57.7%) e de que o sistema de acolhimento familiar protege as crianças que estão ao seu cuidado (54.7%).

### Quadro 3.1

#### *Percepções acerca do sistema de acolhimento familiar*

Opiniões Sistema	Concordo fortemente		Concordo		Discordo		Discordo fortemente		Não tenho certeza	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
São necessárias mudanças e melhorias no sistema de acolhimento familiar.	27.5	111	38.6	156	0.5	2	0.7	3	32.4	131
O sistema de acolhimento familiar merece mais atenção a nível nacional.	42.1	170	42.3	171	0.2	1	0.0	0	14.9	60
O Estado deveria gastar mais dinheiro para apoiar o sistema de acolhimento familiar.	32.9	133	44.1	178	1.7	7	0.5	2	20.8	84
É do superior interesse para a sociedade prestar cuidados de qualidade a crianças em acolhimento familiar.	50.0	202	42.1	170	1.0	4	0.0	0	6.4	26
O Estado não precisa do sistema de acolhimento familiar.	1.0	4	4.2	17	30.9	125	56.2	227	7.2	29
Igrejas e outras instituições privadas deveriam cuidar das crianças que não podem ficar nas suas casas em vez de ser o sistema de acolhimento familiar a fazê-lo.	3.7	15	9.4	38	29.5	119	26.2	106	30.9	125
O sistema de acolhimento familiar protege as crianças que estão ao seu cuidado.	5.4	22	33.2	134	5.4	22	0.5	2	54.7	221
As crianças perdem-se no sistema de acolhimento familiar.	2.5	10	16.8	68	18.8	76	4.0	16	57.7	233
Sempre que uma criança entra no sistema de acolhimento familiar, há uma gestão satisfatória do seu caso por parte dos técnicos do sistema de acolhimento familiar.	1.0	4	15.1	61	8.7	35	0.2	1	74.5	301
As pessoas que trabalham no sistema de acolhimento familiar têm a formação e os recursos necessários.	1.2	5	12.9	52	10.6	43	2.2	9	72.8	294
O acolhimento familiar deveria ser prolongado para além dos 18 anos porque os jovens ainda precisam de apoio na sua transição para a vida adulta.	16.3	66	56.4	228	5.0	20	0.2	1	21.5	87
Os 18 anos é a idade certa para os jovens realizarem a transição do sistema de acolhimento familiar.	0.5	2	10.9	44	37.6	152	8.9	36	41.6	168

### **3.2. Percepções acerca das Famílias de Acolhimento**

Na sua generalidade, a maioria dos participantes (80.4%) concorda/concorda fortemente com a afirmação de que nós, como sociedade, deveríamos fazer mais para apoiar as pessoas que se tornam famílias de acolhimento (Quadro 3.2). Em relação às motivações das famílias de acolhimento, os participantes apresentaram percepções, na sua maioria, positivas. A maioria dos participantes indicou que acreditam que as pessoas se tornam famílias de acolhimento para fazer a diferença/contribuir positivamente para a vida da criança (74.5% concorda/concorda fortemente) e porque se preocupam profundamente com as crianças (64.6% concorda/concorda fortemente). Neste sentido, a maioria dos participantes parece reconhecer as dificuldades que as famílias de acolhimento enfrentam, visto que concordam que as mesmas se sacrificam para ajudar as crianças que precisam (60.9% concorda/concorda fortemente).

Apenas uma minoria discorda/discorda fortemente de que as famílias se tornam famílias de acolhimento por dinheiro (32.2%) e por causa do dinheiro que recebem por parte do Estado (32.9%), sendo que a maioria revela incerteza acerca destas questões (60.4% e 59.7%, respetivamente). Além disso, a maioria acredita que não é normal que a compensação financeira desempenhe um papel importante na razão pela qual as pessoas se tornam famílias de acolhimento (44.5%). No entanto, a maioria dos participantes concorda/concorda fortemente com o facto de que as famílias devem ser pagas para cuidarem das crianças que acolhem (54.5%), apesar de a, esmagadora maioria, revelar incertezas acerca do apoio financeiro que as famílias recebem do Estado ser (ou não) suficiente para sustentar as crianças aos seus cuidados (76.2%).

Os participantes revelam também dúvidas (respondendo “não tenho certeza”) acerca das competências das famílias de acolhimento no desempenho do seu papel (68.8%), com apenas 28.9% dos participantes a concordar/concordar fortemente com a afirmação. Do mesmo modo, apenas uma pequena percentagem (31.7%) concorda/concorda fortemente que o sistema de acolhimento familiar faz um bom trabalho ao recrutar e manter famílias de acolhimento de qualidade. Sendo que a maioria, revela dúvidas acerca do rigor dos requisitos para os indivíduos se tornarem família de acolhimento (56.4%).

### Quadro 3.2

#### *Percepções acerca das famílias de acolhimento*

<b>Opiniões Famílias de Acolhimento</b>	Concordo fortemente		Concordo		Discordo		Discordo fortemente		Não tenho certeza	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
Nós como sociedade deveríamos fazer mais para apoiar as pessoas que se tornam famílias de acolhimento.	18.8	76	61.6	249	1.7	7	0.7	3	17.1	69
As famílias de acolhimento sacrificam-se para ajudar as crianças que precisam.	10.9	44	50.0	202	9.2	37	1.7	7	28.0	113
As pessoas que se tornam famílias de acolhimento fazem-nos para fazer a diferença/contribuir positivamente para a vida da criança.	20.5	83	54.0	218	1.5	6	0.2	1	23.5	95
As pessoas tornam-se famílias de acolhimento porque se preocupam profundamente com as crianças.	17.1	69	47.5	192	1.2	5	0.2	1	33.9	137
A maioria das famílias de acolhimento são competentes no seu papel.	2.2	9	26.7	108	1.5	6	0.5	2	68.8	278
O sistema de acolhimento familiar faz um bom trabalho ao recrutar e manter famílias de acolhimento de qualidade.	2.7	11	29.0	117	3.0	12	0.5	2	64.6	261
Os requisitos para se tornar família de acolhimento deveriam ser mais rigorosos.	7.4	30	33.4	135	2.7	11	0.0	0	56.4	228
O apoio financeiro que as famílias de acolhimento recebem do Estado é suficiente para sustentar as crianças aos seus cuidados.	0.2	1	3.7	15	14.9	60	4.7	19	76.2	308
A maioria das pessoas estão no acolhimento familiar por dinheiro.	1.5	6	5.9	24	28.2	114	4.0	16	60.4	244
As pessoas tornam-se famílias de acolhimento por causa do dinheiro que recebem por parte do Estado.	1.2	5	5.9	24	26.2	106	6.7	27	59.7	241
As famílias de acolhimento devem ser pagas para cuidarem das crianças que acolhem.	6.7	27	47.8	193	14.1	57	2.2	9	29.2	118
É normal que a compensação financeira desempenhe um papel importante na razão pela qual as pessoas se tornam famílias de acolhimento.	2.0	8	22.8	92	32.9	133	11.6	47	30.2	122
Quando as crianças precisam de ser retiradas das suas casas é melhor que sejam acolhidas por familiares do que noutro tipo de acolhimento familiar.	9.9	40	39.9	161	8.4	34	1.7	7	39.9	161

### 3.3. Conhecimentos acerca do Sistema de Acolhimento Familiar

Os resultados acerca dos conhecimentos sobre o sistema de acolhimento familiar, demonstraram que os participantes revelam conhecimentos relacionados com os motivos subjacentes ao acolhimento familiar de crianças/jovens, com 86.1% a identificar corretamente a negligência como a principal razão para a criança ser acolhida e com 59.2% a identificar corretamente que a experiência de abuso físico e sexual, como principal motivo, é uma afirmação falsa (Quadro 3.3). Os participantes também evidenciaram conhecimento acerca do funcionamento das famílias de acolhimento, com 62.9% da amostra a identificar corretamente que é necessária formação para ser família de acolhimento e 75.5% a identificar corretamente que as famílias de acolhimento recebem um subsídio pecuniário mensal por cuidar das crianças/jovens que acolhem, acrescido de uma majoração em função das necessidades/caraterísticas específicas da criança.

Porém, os participantes revelaram um maior desconhecimento nas restantes duas afirmações, nomeadamente, a grande maioria (85.1%) considera que as crianças deixam o acolhimento familiar porque completam os 18 anos e podem ser consideradas legalmente independentes. Da mesma forma, face às caraterísticas das crianças/jovens acolhidos, 50% dos participantes considera que cinquenta por cento das crianças/jovens no sistema de acolhimento familiar tem 5 anos de idade ou idade inferior. Dos resultados obtidos, a maioria dos participantes acertou quatro das seis questões (30.7%), sendo que apenas 1.5% dos mesmos acertou corretamente à totalidade das afirmações. A maioria dos participantes revelou conhecimentos acerca do AF respondendo corretamente entre quatro a seis questões (50.3%).

#### Quadro 3.3

##### *Conhecimentos acerca do acolhimento familiar*

<b>Questões de Verdadeiro e Falso</b>	<b>% de respostas corretas</b>
As crianças/jovens são colocadas em acolhimento familiar principalmente porque foram negligenciadas pelos seus pais. (V)	86.1
As famílias de acolhimento recebem um subsídio pecuniário mensal por cuidar das crianças/jovens que acolhem, acrescido de uma majoração em função das necessidades/caraterísticas específicas da criança. (V)	75.5
É necessária formação para ser família de acolhimento. (V)	62.9
A maioria das crianças/jovens entra no sistema de acolhimento familiar porque experiência abuso físico e sexual. (F)	59.2
A maioria das crianças/jovens deixa o acolhimento familiar porque completa 18 anos, e pode ser considerada legalmente independente. (F)	14.9
Cinquenta por cento das crianças/jovens no sistema de acolhimento familiar tem 5 anos de idade ou idade inferior. (F)	50.0

Resposta correta de Verdadeiro (V) ou Falso (F) entre parêntesis

### 3.4. Correlações entre as variáveis

Os resultados obtidos na análise de correlação (Quadro 3.4) sugerem que uma percepção positiva acerca das FA se encontra positiva e significativamente correlacionada com a intenção em se tornar FA, assim como, com uma percepção positiva acerca do sistema de AF. Uma percepção positiva acerca do sistema de AF apresenta uma correlação positiva e significativa com os conhecimentos acerca do AF. Por último, a habilitação académica/educação encontra-se positivamente correlacionada com os conhecimentos acerca do AF, e com as percepções positivas acerca das FA e acerca do sistema de AF, e negativamente correlacionada com a intenção de ser FA.

#### Quadro 3.4

*Média, Desvio Padrão e Correlações entre as variáveis em estudo*

	1	2	3	4	5	6	7
1. Intenção	-						
2. Idade	0.02	-					
3. Rendimento do agregado	-0.04	0.008	-				
4. Último grau académico concluído	-0.22***	-0.23***	0.14**	-			
5. Conhecimentos	-0.004	-0.04	0.07	0.17***	-		
6. Percepções acerca das Famílias de Acolhimento	0.14**	-0.03	-0.009	0.14**	0.04	-	
7. Percepções acerca do Sistema de Acolhimento Familiar	0.08	-0.04	0.07	0.12*	0.12*	0.29***	-
<i>M</i>	2.83	41.75	3429.65	4.91	3.49	3.33	3.69
<i>DP</i>	1.42	9.94	8070.15	0.96	1.11	0.32	0.36

\*  $p < 0.05$ ; \*\*  $p < 0.01$ ; \*\*\*  $p < 0.001$

### 3.5. Análise das variáveis em estudo em função do sexo

Os resultados revelaram que as participantes do sexo feminino demonstram percepções mais positivas acerca do sistema de acolhimento familiar do que os do sexo masculino. Por outro lado, os participantes do sexo masculino demonstram percepções mais positivas acerca das famílias de acolhimento em comparação com as participantes do sexo feminino (Quadro 3.5).

### Quadro 3.5

*Análise das variáveis em estudo em função do sexo*

	Sexo	<i>M</i>	<i>DP</i>	t	p	Cohen d
Intenção	Masculino	2.84	1.40	0.14	0.88	0.01
	Feminino	2.82	1.44			
Conhecimento	Masculino	3.47	1.09	-0.30	0.77	0.03
	Feminino	3.50	1.14			
Percepções acerca das Famílias de aconhimento	Masculino	3.36	0.30	1.83	0.07 <sup>+</sup>	0.19
	Feminino	3.30	0.33			
Percepções acerca do Sistema de Acolhimento Familiar	Masculino	3.61	0.37	-3.90	<0.001***	0.42
	Feminino	3.76	0.34			

\*  $p < 0.05$ ; \*\*  $p < 0.01$ ; \*\*\*  $p < 0.001$ ; +  $p < 0.1$

### 3.6. Modelo de Regressão Linear Múltipla

O modelo de regressão linear sobre as variáveis associadas com a intenção em ser FA revelou-se estatisticamente significativo ( $F(11, 336) = 3.39, p < 0.001$ ), explicando 7.1% da variância total. Os resultados revelam que percepções positivas acerca das FA, ser do sexo feminino e estar numa relação de intimidade estão positivamente associadas à intenção de se tornar FA. Por outro lado, o último grau académico concluído mostrou-se negativamente associado com a intenção de ser FA, sendo que quanto mais elevado o grau académico concluído menor a intenção em se tornar FA (Quadro 3.6).

### Quadro 3.6

*Efeito preditor das variáveis em estudo na intenção de se tornar FA*

	B	Erro-Padrão	$\beta$	t	VIF
Constante	1.89	1.07		1.76	
Sexo	0.32 <sup>+</sup>	0.16	0.11	1.95	1.23
Filhos	0.15	0.21	0.05	0.69	1.89
Relação de Intimidade	0.37 <sup>+</sup>	0.21	0.11	1.75	1.41
Estado civil	0.01	0.19	0.01	0.07	1.67
Idade	-0.01	0.01	-0.07	-1.02	1.52
Rendimento do agregado	-3.9	0.00	-0.00	-0.04	1.07
Último grau académico concluído	-0.4***	0.09	-0.27	-4.55	1.33
Contacto Prévio com o Sistema	0.09	0.16	0.03	0.55	1.10
Conhecimentos	0.01	0.07	0.01	0.13	1.07
Perceções acerca das Famílias de Acolhimento	0.78**	0.25	0.18	3.16	1.16
Perceções acerca do Sistema de Acolhimento Familiar	0.01	0.22	0.00	0.06	1.22
R <sup>2</sup> ajustado	0.07				
F(11, 336)	3.39***				

a. Variável Dependente: Intenção

\*  $p < 0.05$ ; \*\*  $p < 0.01$ ; \*\*\*  $p < 0.001$ ; +  $p < 0.1$

Sexo (Masculino = 0, Feminino = 1); ter filhos (Não = 0, Sim = 1); relação de intimidade (Sem relação = 0, Numa relação de intimidade = 1); estado civil (Solteiro, viúvo ou divorciado/separado = 0, Casado = 1) e contacto prévio com o sistema (Sem contacto = 0, Sim = 1).

## CAPÍTULO 4

### **Discussão**

A presente dissertação pretendeu explorar os conhecimentos e as percepções de uma amostra de adultos na comunidade acerca do acolhimento familiar e das famílias de acolhimento, no sentido de informar os processos de recrutamento por parte das entidades responsáveis, assim como, as estratégias e políticas de sensibilização e consciencialização, com vista ao aumento da visibilidade do AF e, conseqüentemente, ao recrutamento de novos cuidadores (Andersson, 2001; De Maeyer et al., 2014; Diogo & Branco, 2017, 2020; Rhodes et al., 2006; Sebba, 2012).

No que diz respeito às percepções acerca do AF e das FA, os resultados obtidos no presente estudo, são relativamente consistentes com a literatura, na medida em que se observa, na maioria, um conjunto de percepções positivas (Leber & LeCroy, 2012). De facto, no presente estudo, os participantes apresentam percepções positivas acerca do sistema de AF, nomeadamente a prevalência do superior interesse da criança e da necessidade de mais atenção formal ao sistema de AF (Leber & LeCroy, 2012; Negrão et al., 2019). Foi também possível verificar algumas críticas comuns, mencionadas na literatura, como a necessidade de mudanças, investimento e melhorias no sistema por parte do Estado (Leber & LeCroy, 2012). Porém, é de destacar que os participantes revelaram dúvidas sobre a gestão do sistema de acolhimento familiar e sobre os seus profissionais (e.g., “as pessoas que trabalham no sistema do acolhimento familiar têm a formação e os recursos necessários”). Assim, apesar das percepções maioritariamente positivas, os participantes parecem não dispor de informação clara acerca do funcionamento do sistema (e.g., competência dos profissionais), revelando mais dúvidas e incertezas relativamente a estes aspetos. Estas ambigüidades não se verificaram em estudos internacionais (e.g., Leber & LeCroy, 2012).

Relativamente às percepções acerca das famílias de acolhimento, os resultados demonstraram que a maioria dos participantes revelou reconhecer a necessidade de apoio, bem como, as motivações altruístas das FA (e.g., “fazer a diferença/contribuir positivamente para a vida da criança”), reconhecendo os desafios que estas enfrentam (Contreras & Muñoz, 2016; Leber & LeCroy, 2012; Negrão et al., 2019). Assim, observou-se o reconhecimento da importância das FA, o que sugere a identificação do AF enquanto resposta adequada perante situações de desproteção e vulnerabilidade das crianças e jovens em perigo (Contreras & Muñoz, 2016). No entanto, os participantes revelaram dúvidas relativamente a dimensões relacionadas com aspetos financeiros, rigor dos requisitos para se tornar FA e a própria competência das FA. Estes resultados são consistentes com alguma evidência anterior (e.g., Contreras e Muñoz, 2016), e parecem sugerir a necessidade de maior contacto com o sistema,

em particular com as FA, assim como, uma disseminação esclarecedora de informação referente ao AF (e.g., critérios de seleção, formação necessária), de modo a potenciar representações positivas sobre o sistema de AF, mas também, do papel e competências das FA.

Por último, ao nível dos conhecimentos, os participantes apresentaram conhecimentos significativos acerca do sistema de AF, nomeadamente relacionados com o principal motivo do acolhimento (i.e., a negligência), ao contrário do que se verificou em estudos anteriores (e.g., Leber & LeCroy, 2012; Negrão et al., 2019). Além disso, os participantes revelaram conhecimentos acerca da necessidade de formação e o direito das FA em receber um subsídio pecuniário mensal por parte do Estado (Leber & LeCroy, 2012). Porém, a maior parte dos participantes considera que metade das crianças no sistema de acolhimento familiar tem idade igual ou inferior a 5 anos, tal como descrito no estudo de Negrão e colegas (2019), situação que não se verifica em Portugal (i.e., apenas 8.4% das crianças em AF tem até 5 anos) (ISS, 2020). Neste sentido, os participantes genericamente parecem ter conhecimentos reduzidos acerca da caracterização das crianças acolhidas (e.g., idade), todavia revelam conhecimentos sobre o funcionamento do sistema (e.g., formação) e as razões que conduzem a situações de acolhimento (e.g., mais negligência, e menos abuso físico ou sexual).

Um segundo objetivo da presente dissertação passava por compreender o papel dos conhecimentos e das perceções, assim como, o de diferentes recursos e de variáveis sociodemográficas na intenção dos participantes em se tornarem FA. Os resultados revelaram que as perceções positivas acerca das FA, estar numa relação de intimidade e ser do sexo feminino estão positivamente associados à intenção de se tornar FA, explicando 7% da variância. Este resultado revela que, mais do que a familiaridade com o sistema (i.e., o contacto prévio e o conhecimento), são as perceções positivas acerca das FA que estão associadas à maior intenção dos indivíduos em se tornarem FA.

Ser família de acolhimento implica um conjunto de desafios e recompensas, mas no geral, as FA descrevem a experiência como gratificante, com impacto positivo no desenvolvimento da criança e também um desenvolvimento pessoal e familiar das próprias FA (Diogo & Branco, 2017). Assim sendo, a maioria das FA, considera que, apesar dos desafios inerentes ao acolhimento, sentem-se recompensados pela experiência e pelos resultados do mesmo, nomeadamente pelo bem-estar e desenvolvimento das crianças (Canali et al., 2016). Deste modo, a partilha de experiências positivas e enriquecedoras das FA pode ser um incentivo para futuras famílias, revelando a importância de ampliar e fortalecer a medida de AF no SPP. Visto que o AF parte do pressuposto que o bem-estar da criança/jovem é conseguido pelo ambiente familiar, as FA podem desempenhar o papel fundamental de transmitir à comunidade a

necessidade de promover segurança e afeto através do AF (Delgado et al., 2014; Diogo & Branco, 2020). Além de que, o AF revela ser benéfico para o desenvolvimento positivo e ajustamento psicológico das crianças, em comparação com o AR, sendo as próprias FA que proporcionam esta possibilidade para o desenvolvimento, bem-estar e segurança das crianças/jovens (Ahmad et al., 2005; Barber & Delfabbro, 2005; Hojer, 2004).

Neste sentido, as FA podem cooperar no recrutamento ao serem consideradas um bom exemplo e uma inspiração para outras famílias (De Mayer et al., 2014). Através deste contacto, as FA podem abordar diversos aspetos sobre o acolhimento (e.g., motivações centradas na criança, requisitos necessários, envolvimento com os profissionais, colaboração com as famílias biológicas, respeito pela criança, entre outros). Como a falta de informação sobre o acolhimento e as perceções negativas ou mitos sobre o SPP são vistos como barreiras para acolher (Sebba, 2012), o conhecimento de outras FA, com a partilha de informações e experiências pertinentes, pode servir como incentivo para a comunidade, nomeadamente acerca do papel das FA (e.g., capacidade de adaptação a uma nova dinâmica familiar) e as suas funções (e.g., direitos e deveres das diferentes partes envolvidas).

Em suma, atendendo a que as perceções mais positivas das FA influenciam a intenção em acolher, tanto o contacto da comunidade com as FA e as suas experiências, como, a disseminação social pelos *media* das referidas informações podem ser fatores motivacionais, ao promoverem a construção de perceções mais positivas associadas às FA (Blackburn, 2016; Contreras & Muñoz, 2016; De Maeyer et al., 2014; Diogo & Branco, 2017, 2020; Sebba, 2012). Ao considerar que as FA têm um impacto positivo na vida da criança e que o acolhimento pode ser considerado uma experiência gratificante, tanto para as FA, como para as crianças/jovens, a perceção positiva de outras FA é um aspeto relevante para estimular o próprio interesse em acolher na comunidade (Buehler et al., 2003; Diogo & Branco, 2017; Ramsay, 1996).

Além do referido, os resultados desta dissertação sugerem que estar numa relação de intimidade está positivamente associado à intenção de se tornar FA. Este resultado pode ser compreendido à luz da teoria dos recursos (Cox et al., 2003), considerando que o recurso de suporte social de um companheiro amoroso poderá permitir mais estabilidade para acolher (Ciarrochi et al., 2012; Raudkivi, 2020). De facto, os relacionamentos conjugais fornecem apoio emocional e instrumental, pelo que os indivíduos poderão sentir que os desafios associados ao acolhimento podem ser partilhados (Cox et al., 2003). Os resultados revelam assim que, mais do que o estado civil, é o envolvimento numa relação de intimidade que se constitui um recurso face à intenção de acolher, nomeadamente pelo reconhecimento do suporte providenciado.

De seguida, apesar de as mulheres demonstrarem perceções mais positivas acerca do sistema de acolhimento familiar e os homens perceções mais positivas acerca das FA, os resultados revelaram que ser mulher parece estar associado a maior intenção em acolher, de forma consistente com alguma evidência anterior (Contreras & Muñoz, 2016; Randle et al., 2012). Este resultado poderá ser explicado pelas diferenças de género relativamente aos papéis sociais, nomeadamente o facto de as mulheres assumirem maior responsabilidade nas tarefas do dia-a-dia, desde tarefas domésticas (e.g., cozinhar, cuidar da roupa), a tarefas relacionadas diretamente com o cuidado dos filhos (e.g., dar banho, faltar ao trabalho quando estão doentes) (Wilson et al., 2007). Adicionalmente, poderá também ser explicado pelas expectativas culturais associadas à maternidade (Katz-Wise et al., 2010) e a características individuais (Landazabal, 2009). Assim, as mulheres são aquelas que revelam maior predisposição para se tornarem FA, ao partilharem o seu desejo de cuidar dos outros e desenvolverem esforços concretos, como contactarem as entidades responsáveis pelo recrutamento (Hojer, 2004; Randle et al., 2012; Wilson et al., 2007). Não obstante, importa salientar que estes resultados, centrados nas relações de intimidade e no sexo, devem ser cautelosamente discutidos, atendendo ao valor de significância de  $p < .10$ , o que sugere a necessidade de evidência mais robusta, com recurso a amostras representativas e de maior dimensão.

Por outro lado, verificou-se que o nível educacional se mostrou negativamente associado com a intenção de ser FA, sendo que maior escolaridade está associada a menor intenção em se tornar FA. Este resultado contraria a hipótese da teoria dos recursos, que sugere que mais escolaridade permite que os indivíduos tenham acesso a mais informação, assim como, a mais recursos disponíveis para lidar com os desafios (Cox et al., 2003). Este resultado poderá ser explicado pelo facto de os indivíduos com níveis mais elevados de escolaridade apresentarem menos disponibilidade (e.g., tempo), decorrente das exigências associadas às suas carreiras profissionais. A evidência revela que indivíduos com níveis mais elevados de escolaridade tendem a reportar mais horas de trabalho e que os trabalhos mais exigentes poderão interferir com a vida familiar, através do tempo que estes consomem, o que poderá, de certa forma, dificultar a flexibilidade destinada aos papéis e tarefas familiares (Shields, 1999; Tavares et al., 2007). Com efeito, a literatura sugere que o conflito trabalho-família exige uma competição pelo tempo, energia física e recursos psicológicos dos indivíduos (Grzywacz & Marks, 2000), sendo o referido conflito particularmente crítico no que diz respeito à disponibilidade familiar em acolher uma criança/jovem.

Finalmente, os resultados revelaram que nem os conhecimentos, a idade, as perceções positivas sobre o sistema, o estado civil, a experiência parental (ter filhos), o rendimento do

agregado familiar e o contacto com o SPP se revelaram preditores estatisticamente significativos para explicar a intenção de acolher. Estes resultados podem ser explicados por fatores relacionados com as medidas e as características da amostra. Por um lado, ao nível dos conhecimentos, o reduzido número de itens do instrumento utilizado pode ser explicativo deste resultado, no sentido em que neste instrumento não foram exploradas diversas vertentes dos conhecimentos acerca do funcionamento e gestão do SPP. Apesar deste resultado, os conhecimentos sobre o sistema apresentaram uma correlação positiva e significativa com as perceções positivas acerca do sistema de AF, pelo que o aumento do conhecimento da comunidade poderá contribuir para atitudes mais positivas em relação ao sistema e às FA (Contreras & Muñoz, 2016; Marcenko et al., 2009; Raudkivi, 2020; Sebba, 2012).

Relativamente à idade, o facto de os nossos resultados não corroborarem a investigação anterior, tal pode dever-se a diferenças nas características das amostras utilizadas. Concretamente, em estudos anteriores a amostra é constituída por participantes mais jovens, nomeadamente entre os 17 e os 25 anos (Contreras & Muñoz, 2016; Randle et al., 2012), e no presente estudo apenas foram incluídos os jovens adultos com idade superior a 25 anos (critério para ser FA em Portugal). A ausência de efeitos do rendimento do agregado familiar e da experiência parental pode sugerir que, por um lado, a dimensão financeira pode não ser vista pelos participantes como um impedimento para acolher e, por outro, a experiência parental pode estar associada à existência de crianças no agregado, minimizando a disponibilidade para acolher. De acordo com alguns autores, as famílias podem não desejar acolher por motivos associados à influência negativa da criança no filho biológico, mas também pelos compromissos a nível familiar e laboral (Buehler et al., 2003; Randle et al., 2012). Como também referido, o contacto com outras FA ou com o sistema parecem contribuir para uma maior predisposição dos indivíduos para se tornarem FA (Diogo & Branco, 2017, 2019; Ramsay, 1996). Porém, no presente estudo, a medida de contacto utilizada envolvia o SPP no geral e não apenas as FA, sendo que apenas 7.2% dos participantes referiram conhecer uma FA. Por último, mais do que o contacto com o sistema de AF, parecem ser as perceções positivas das FA que se revelam um preditor importante da intenção em se tornar FA.

#### **4.1. Limitações e Orientações para a Investigação e Prática Futura**

No que diz respeito às limitações da presente dissertação, importa referir que a amostra é de conveniência, o que significa que apesar do número elevado de participantes incluídos no presente estudo, estudos futuros beneficiariam de uma amostra representativa da população portuguesa, para que, dessa forma, os resultados pudessem ser generalizáveis. Além disso, os

resultados devem ser cautelosamente analisados considerando a reduzida variância explicativa do modelo e os valores de consistência interna reduzidos de algumas medidas. Neste sentido, seria fundamental estudos futuros incluírem outras dimensões/recursos explicativos da intenção dos participantes em se tornarem FA, nomeadamente o papel do suporte social de família e amigos, visto que este revela ser um recurso para a comunidade, influenciando positivamente a sua intenção de acolher (Canali et al., 2016; Cooley et al., 2015; Cox et al., 2003; Marcenko et al., 2009; Sebba, 2012).

O suporte social é definido como o processo pelo qual recursos sociais são fornecidos de modo formal (e.g., por profissionais) ou informal (e.g., familiares e amigos) e permitem um apoio emocional, físico, informativo e instrumental que promove o bem-estar dos outros e a sua adaptação a eventos desafiadores ou situações de stress no dia-a-dia (Cooley et al., 2018; Cox et al., 2003; Diogo & Branco, 2017; Fuentes-Peláez et al., 2016; Geiger et al., 2013; Piel et al., 2016). As FA tendem a identificar o suporte social como o fator de proteção que lhes possibilita lidar com os desafios associados ao acolhimento (e.g., comportamentos mais difíceis das crianças) e que impacta positivamente o seu bem-estar físico e psicológico (Cooley et al., 2015; Fuentes-Peláez et al., 2016). Neste sentido, a perceção deste suporte pelas FA permite que estas se sintam mais confiantes na gestão dos desafios e, conseqüentemente, prevê uma maior satisfação das FA, uma maior estabilidade da colocação e intenção em se tornarem FA e continuarem a acolher (Ciarrochi et al., 2012; Cooley et al., 2015; Cooley et al., 2018; Piel et al., 2016; Raudkivi, 2020). As FA identificam uma maior necessidade do apoio de familiares, amigos e vizinhos, uma vez que este suporte social informal permite à FA lidar com adversidades e problemas familiares, particularmente assuntos específicos relacionados ao AF (Cox et al., 2003; Fuentes-Peláez et al., 2016).

Estudos futuros beneficiariam também de uma avaliação mais abrangente dos conhecimentos da comunidade em relação ao sistema de AF, no sentido de informar de modo mais compreensível o papel da disseminação de informação adequada e fidedigna no nível de conhecimentos da comunidade e, conseqüentemente, como facilitador do recrutamento de novas FA. Apesar destas limitações, os resultados obtidos na presente dissertação contribuem para a identificação de um conjunto de implicações importantes para a prática profissional em contexto de AF. Como a referida medida apresenta ainda um número reduzido de colocações, que podem ser explicadas, em parte, pela falta de FA existentes em Portugal, face ao número de crianças e jovens em necessidade (Diogo & Branco, 2017, 2020), as seguintes estratégias sugeridas poderão ser úteis para a implementação de mudanças que possam contribuir para a eficácia dos programas de recrutamento do sistema de AF (Diogo & Branco, 2017).

De acordo com os resultados obtidos, de modo a encorajar as percepções positivas das FA, em consonância com a literatura, é crucial que o recrutamento envolva campanhas de sensibilização para a necessidade de famílias de acolhimento. Apesar das percepções do sistema de AF e das FA serem fundamentalmente positivas, ainda existem alguns aspetos considerados ambíguos e percebidos pelos participantes como desconhecidos, o que pode dificultar o recrutamento de novas FA (Leber & LeCroy, 2012). Assim, torna-se essencial investir na divulgação de informação adequada, pertinente e clara, referente à medida de AF (e.g., às características sociodemográficas das crianças/jovens em situação de acolhimento), ao funcionamento e gestão do sistema (e.g., apoio financeiro) e à atuação, papel e competências das FA (e.g., critérios e procedimentos para ser FA, direitos das FA), com mensagens realistas e dirigidas à comunidade (Decreto-Lei n.º 139/2019; López et al., 2010).

O aumento do conhecimento da comunidade acerca do AF e o aumento de percepções positivas poderão, conseqüentemente, potenciar uma maior consciencialização da comunidade para a necessidade de aplicação da referida medida, tal como, selecionar e recrutar novas famílias (Randle et al., 2012; Sebba, 2012). Dado que as percepções positivas das FA estão positivamente relacionadas com a intenção em ser FA, é necessário encorajar a imagem pública positiva das FA, em oposição a concepções negativas, mitos e crenças irrealistas que desencorajam potenciais interessados (López et al., 2010; Raudkivi, 2010; Sebba, 2012). Assim, as campanhas podem ajudar a superar as dúvidas e incertezas acerca do AF, alterando as representações negativas e ambíguas da comunidade (Delgado et al., 2018; Diogo & Branco, 2019; Randle et al., 2012). Do mesmo modo, o contacto e a experiência das FA podem encorajar, através da partilha de histórias positivas, inspiradoras e bem-sucedidas, dos desafios que acolher acarreta e dos esforços sentidos para melhorar o sistema, reforçando a importância do papel das FA como forma de apoio a crianças/jovens em perigo (Hanlon et al., 2021; López et al., 2010).

Em suma, nesta perspetiva, a promoção da medida junto da comunidade para investir na imagem pública das FA deve continuar a ser efetuada pelos profissionais responsáveis pelo recrutamento de FA, em Portugal, com o apoio dos *media* e das redes sociais nas estratégias anuais de recrutamento e sensibilização do AF a fim de gerar interesse em acolher (Hanlon et al., 2021; López et al., 2010). A divulgação do papel das FA deve também focar-se na possibilidade de contacto entre a comunidade e as FA, através da partilha de experiências e da criação de relações positivas com a comunidade (Andersson, 2001; Baum et al., 2001; Contreras & Muñoz, 2016; De Maeyer et al., 2014; Diogo & Branco, 2017; López et al., 2010; Marcenko et al., 2009; Rochat et al., 2016; Sebba, 2012). Além disso, as estratégias de recrutamento

podem também transmitir o impacto negativo das alternativas ao AF, nomeadamente pela colocação em AR, apelando à responsabilidade social e, conseqüentemente, à necessidade e importância de novas FA em Portugal, melhorando a estratégia da imagem pública do sistema de AF (López et al., 2010). Por fim, também poderá ser recomendado um processo de mentoria das FA ao envolver os novos cuidadores, contribuindo para a sua valorização no programa e fornecendo informações essenciais e apoio emocional aos mesmos (e.g., durante o período de formação inicial) (López & Del Valle, 2016).

Para além do mencionado, os resultados do presente estudo sublinham a necessidade de as campanhas de sensibilização transmitirem informação clara, acerca do AF e das FA que atendam à possibilidade de diferentes perfis de potenciais acolhedores e da fase em que estes potenciais acolhedores se encontram. Com efeito, as mensagens podem ser direcionadas a diferentes públicos alvos, considerando as suas características individuais e os seus recursos. A título exemplificativo, considerando que os nossos resultados revelaram que as mulheres demonstram perceções mais positivas acerca do sistema de AF e os homens perceções mais positivas das FA, tais diferenças devem ser tidas em conta aquando do planeamento de sensibilização e recrutamento de novas FA. Do mesmo modo, considerando a tendência para uma maior disponibilidade das mulheres para acolher, importa considerar nas campanhas uma visão de envolvimento e participação ativa dos homens neste potencial papel de acolhedor (Gilligan, 2000). Finalmente, a identificação de perfis de potenciais acolhedores é fundamental no futuro, considerando as suas características individuais, recursos pessoais e sociais, com vista a processos de recrutamento e seleção que considerem um adequado *matching* entre a FA e a criança (Van Holen et al., 2019).

## Conclusões

Os resultados obtidos na presente dissertação identificaram, de modo geral, conhecimentos significativos e percepções positivas acerca do sistema de AF e das FA. Todavia, reconheceu-se a necessidade de mudanças e melhorias. Foram ainda considerados alguns aspetos como ambíguos e percebidos como desconhecidos pelos participantes. Estas questões devem ser reconhecidas por parte do sistema, pela identificação de lacunas do mesmo e das áreas mais desconhecidas da comunidade. Neste sentido, revela-se essencial agir no sentido de melhorar o recrutamento e seleção de FA, nomeadamente no que diz respeito à clarificação social sobre o funcionamento do sistema, a gestão, formação e papel dos profissionais no acolhimento, bem como, o papel das FA, o apoio financeiro atribuído, os requisitos necessários para se tornar FA e a caracterização das crianças em situação de acolhimento.

Por outro lado, os resultados revelaram que as percepções positivas acerca das FA, ser do sexo feminino e estar numa relação de intimidade estão positivamente associadas à intenção de se tornar FA. Estes resultados, apesar de exploratórios, podem ser promissores, uma vez que, sugerem a necessidade de considerar as diferenças individuais nos processos e práticas de recrutamento. Face ao exposto, é necessário continuar a encorajar a imagem pública positiva e realista das FA, associada ao seu papel e competências, em oposição a concepções negativas e crenças irrealistas, através da disseminação de informação social e do contacto com as FA, facilitando a motivação e a intenção da comunidade para acolher (Blackburn, 2016; Contreras & Muñoz, 2016; De Maeyer et al., 2014; López et al., 2010; Marcenko et al., 2009; Diogo & Branco, 2017, 2020; Rochat et al., 2016; Sebba, 2012).

Os resultados do presente trabalho podem contribuir assim de forma considerável no panorama atual de mudança paradigmática no AF, ao nível nacional e internacional. Do ponto de vista nacional, torna-se clara a necessidade de acompanhar as recomendações internacionais de maior prevalência do AF face ao AR, particularmente em crianças pequenas, promovendo cuidados mais calorosos, responsivos e uma relação mais investida e estável entre os acolhedores e a criança/jovem (Delgado et al., 2018; Del Valle & Bravo, 2013; Van Ijzendoorn et al., 2011). Internacionalmente, são necessárias mais FA disponíveis para acolher e por esse motivo, o presente estudo poderá também informar a literatura neste domínio e as políticas públicas nesta área. Assim, a disseminação sistemática de informação que promova o AF revela-se fundamental, incluindo campanhas de sensibilização que gerem uma maior consciencialização da comunidade sobre o sistema de AF e as FA e, conseqüentemente, melhorem o recrutamento e a seleção de novas famílias de acolhimento.



### **Fontes**

Decreto Lei nº 139/2019 de 16 de setembro. *Diário da República nº 177/2019, Série I, n.º 139, 11-29*. Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Lisboa

Lei nº 147/99 de 1 de setembro. *Diário da República n.º 204/1999, Série I-A, 6115-6132*. Assembleia da República. Lisboa.



## Referências Bibliográficas

- Ahmad, A., Qahar, J., Siddiq, A., Majeed, A., Rasheed, J., Jabar, F., & Von Knorring, A. L. (2005). A 2-year follow-up of orphans' competence, socioemotional problems and post-traumatic stress symptoms in traditional foster care and orphanages in Iraqi Kurdistan. *Child: Care, Health and Development*, 31(2), 203-215.
- Andersson, G. (2001). The motives of foster parents, their family and work circumstances. *The British Journal of Social Work*, 31(2), 235-248.
- Barber, J., & Delfabbro, P. (2005). Children's adjustment to long-term foster care. *Children and Youth Services Review*, 27(3), 329-340.
- Bass, S., Shields, M. K., & Behrman, R. E. (2004). Children, families, and foster care: Analysis and recommendations. *The future of children*, 14(1), 4-29.
- Baum, A. C., Crase, S. J., & Crase, K. L. (2001). Influences on the decision to become or not become a foster parent. *Families in Society: The Journal of Contemporary Social Services*, 82(2), 202-213.
- Bergström, M., Cederblad, M., Håkansson, K., Jonsson, A. K., Munthe, C., Vinnerljung, B., Wirtberg, I., Ostlund, P., & Sundell, K. (2019). Interventions in foster family care: A systematic review. *Research on social work practice*, 30(1), 3-18.
- Blackburn, C. (2016). The role of a national fostering helpline in the recruitment and retention of foster carers: Implications for policy and fostering practice. *Adoption & Fostering*, 40(2), 167-178.
- Bos, K. J., Zeanah, C. H., Smyke, A. T., Fox, N. A., & Nelson, C. A. (2010). Stereotypes in children with a history of early institutional care. *Archives of pediatrics & adolescent medicine*, 164(5), 406-411.
- Buehler, C., Cox, M. E., & Cuddeback, G. (2003). Foster parents' perceptions of factors that promote or inhibit successful fostering. *Qualitative Social Work*, 2(1), 61-83.
- Calheiros, M. M., Garrido, M. V., Lopes, D., & Patrício, J. N. (2015). Social images of residential care: How children, youth and residential care institutions are portrayed?. *Children and Youth Services Review*, 55, 159-169.
- Canali, C., Maurizio, R., & Vecchiato, T. (2016). Foster care: motivations and challenges for foster families. *Social Work & Society*, 14(2), 1-15.
- Carter, B., & McGoldrick, M. (1989). Overview: The Expanded Family Life Cycle. Individual, Family and Social Perspectives. Em B. Carter & M. McGoldrick (Eds), *The Expanded Family Life Cycle. Individual, Family and Social Perspectives*. (Third Edition, pp. 1-26). Allyn & Bacon Classics.

- Carvalho, J., Delgado, P., & Pinto, V. S. (2013). Evolution of foster care in Portugal: Perspectives of foster children and carers. In Canali C., & Vecchiato, T. (Eds), *Foster care in Europe: What do we know about outcomes and evidence?* (pp. 73-76). Padova: Fondazione Zancan.
- Carvalho, J. M., Delgado, P., Montserrat, C., Llosada-Gistau, J., & Casas, F. (2020). Subjective Well-Being of Children in Care: Comparison Between Portugal and Catalonia. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 38, 81-90.
- Chapman, M. V., Wall, A., Barth, R. P., & National Survey of Child and Adolescent Well-Being Research Group. (2004). Children's voices: The perceptions of children in foster care. *American Journal of Orthopsychiatry*, 74(3), 293-304.
- Ciarrochi, J., Randle, M., Miller, L., & Dolnicar, S. (2012). Hope for the future: Identifying the individual difference characteristics of people who are interested in and intend to foster-care. *The British Journal of Social Work*, 42(1), 7-25.
- Contreras, A. U., & Muñoz, I. M. B. (2016). Conocimiento y predisposición sobre el acogimiento familiar en el alumnado universitario de Málaga. *Revista de investigación en Educación*, 14(1), 14-30.
- Cooley, M. E., Farineau, H. M., & Mullis, A. K. (2015). Child behaviors as a moderator: Examining the relationship between foster parent supports, satisfaction, and intent to continue fostering. *Child abuse & neglect*, 45, 46-56.
- Cooley, M. E., & Petren, R. E. (2011). Foster parent perceptions of competency: Implications for foster parent training. *Children and Youth Services Review*, 33(10), 1968-1974.
- Cooley, M. E., Thompson, H. M., & Newell, E. (2018). Examining the influence of social support on the relationship between child behavior problems and foster parent satisfaction and challenges. *Child & Youth Care Forum*, 48(3), 289-303.
- Cox, M. E., Buehler, C., & Orme, J. G. (2002). Recruitment and foster family service. *The Journal of Sociology & Social Welfare*, 29(3), 151-177.
- Cox, M. E., Orme, J. G., & Rhodes, K. W. (2003). Willingness to foster children with emotional or behavioral problems. *Journal of Social Service Research*, 29(4), 23-51.
- Dando, I., & Minty, B. (1987). What makes good foster parents?. *The British Journal of Social Work*, 17(4), 383-399.
- Delfabbro, P., Taplin, J., & Bentham, Y. (2002). Is it worthwhile?: Motivational factors and perceived difficulties of foster caring in South Australia. *Adoption & Fostering*, 26(2), 28-37.

- Delgado, P. (2010). O acolhimento familiar em Portugal: Conceitos, práticas e desafios. *Psicologia & Sociedade*, 22(2), 336-344.
- Delgado, P., Carvalho, J., & Correia, F. (2019). Viver em acolhimento familiar ou residencial: O bem-estar subjetivo de adolescentes em Portugal. *Psicoperspectivas*, 18(2), 86-97.
- Delgado, P., Carvalho, J., & Pinto, V. (2014). Crescer em família: a permanência no acolhimento familiar. *Pedagogia social*, 23, 123-150.
- Delgado, P., Carvalho, J., & Pinto, V. (2018). Tomada de decisão no sistema de proteção das crianças e jovens: Um estudo comparativo entre as atitudes de profissionais e de estudantes. *Análise Psicológica*, 36(3), 355-367.
- Delgado, P., López, M., Carvalho, J., & del Valle, J. F. (2015). Acolhimento familiar em Portugal e Espanha: Uma investigação comparada sobre a satisfação dos acolhedores. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28(4), 840-849.
- del Valle, J. F., & Bravo, A. (2013). Current trends, figures and challenges in out of home child care: An international comparative analysis. *Psychosocial Intervention*, 22(3), 251-257.
- De Maeyer, S., Vanderfaeillie, J., Vanschoonlandt, F., Robberechts, M., & Van Holen, F. (2014). Motivation for foster care. *Children and Youth Services Review*, 36, 143-149.
- Denby, R., Rindfleisch, N., & Bean, G. (1999). Predictors of foster parents' satisfaction and intent to continue to foster. *Child abuse & neglect*, 23(3), 287-303.
- Diogo, E., & Branco, F. (2017). Being a Foster Family in Portugal—Motivations and Experiences. *Societies*, 7(4), 37.
- Diogo, E., & Branco, F. (2019). How Do People Become Foster Carers in Portugal? The Process of Building the Motivation. *Social Sciences*, 8(8), 230.
- Diogo, E., & Branco, F. (2020). The Foster Family Process to Maintain the Will to Remain in Foster Care—Implications for a Sustainable Programme. *Sustainability*, 12(19), 7942.
- Dozier, M., Kaufman, J., Kobak, R., O'Connor, T. G., Sagi-Schwartz, A., Scott, S., Shauffer, C., Smetana, J., Van Ijzendoorn, M. H., & Zeanah, C. H. (2014). Consensus statement on group care for children and adolescents: A statement of policy of the American Orthopsychiatric Association. *American Journal of Orthopsychiatry*, 84(3), 219-225.
- Fuentes, M. J., Bernedo, I. M., Salas, M. D., & García-Martín, M. A. (2018). What do foster families and social workers think about children's contact with birth parents? A focus group analysis. *International Social Work*, 62(5), 1416-1430.

- Fuentes-Peláez, N., Balsells, M. À., Fernández, J., Vaquero, E., & Amorós, P. (2016). The social support in kinship foster care: A way to enhance resilience. *Child & Family Social Work, 21*(4), 581-590.
- Geiger, J. M., Hayes, M. J., & Lietz, C. A. (2013). Should I stay or should I go? A mixed methods study examining the factors influencing foster parents' decisions to continue or discontinue providing foster care. *Children and Youth Services Review, 35*(9), 1356- 1365.
- Gilligan, R. (2000). Men as foster carers: a neglected resource?. *Adoption & Fostering, 24*(2), 63-69.
- Gleeson, J. P., Wesley, J. M., Ellis, R., Seryak, C., Talley, G. W., & Robinson, J. (2009). Becoming involved in raising a relative's child: Reasons, caregiver motivations and pathways to informal kinship care. *Child & Family Social Work, 14*(3), 300-310.
- Goodman, M. L., Zhang, Y., Gitari, S., Azubuiké, M., Keiser, P. H., & Seidel, S. E. (2016). Predictors of Child-Fostering Attitudes in a Large Cross-Section of Kenyan Women: Family, Health and Psycho-Social Factors and the Residual Presence of Childhood Adversities. *The British Journal of Social Work, 47*(7), 1850-1869.
- Grzywacz, J. G., & Marks, N. F. (2000). Reconceptualizing the work–family interface: An ecological perspective on the correlates of positive and negative spillover between work and family. *Journal of occupational health psychology, 5*(1), 111-126.
- Hanlon, R., Feltner, A., Day, A., Vanderwill, L., Kim, J., & Dallimore, E. J. (2021). Systematic Review of Foster Parent Recruitment. *Child Welfare, 99*(1), 117-141.
- Harden, B. J., Meisch, A. D. A., Vick, J. E., & Pandohie-Johnson, L. (2008). Measuring parenting among foster families: The development of the Foster Parent Attitudes Questionnaire (FPAQ). *Children and Youth Services Review, 30*(8), 879-892.
- Hesse-Biber, S., & Williamson, J. (1984). Resource theory and power in families: Lifecycle considerations. *Family Process, 23*(2), 261-278.
- Hojer, I. (2004). What happens in the foster family? A study of fostering relationships in Sweden. *Adoption & Fostering, 28*(1), 38-48.
- Hojer, I. (2009). Birth parents' perception of sharing the care of their child with foster parents. *Vulnerable Children and Youth Studies, 4*(2), 161-168.
- Instituto da Segurança Social (2020). Relatório Casa 2019—Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens. Lisboa: Instituto da Segurança Social.

- Katz-Wise, S. L., Priess, H. A., & Hyde, J. S. (2010). Gender-role attitudes and behavior across the transition to parenthood. *Developmental psychology*, 46(1), 18-28.
- Kosher, H., Montserrat, C., Attar-Schwartz, S., Casas, F., & Zeira, A. (2018). Out-of-home care for children at-risk in Israel and in Spain: Current lessons and future challenges. *Psychosocial Intervention*, 27(1), 12-21.
- Landazabal, M. G. (2009). A comparative analysis of empathy in childhood and adolescence: Gender differences and associated socio-emotional variables. *International Journal of Psychology and psychological therapy*, 9(2), 217-235.
- Leber, C., & LeCroy, C. W. (2012). Public perception of the foster care system: A national study. *Children and Youth Services Review*, 34(9), 1633-1638.
- Levy-Shiff, R. (1994). Individual and contextual correlates of marital change across the transition to parenthood. *Developmental psychology*, 30(4), 591-601.
- López, M. L., & Del Valle, J. F. (2016). Foster carer experience in Spain: Analysis of the vulnerabilities of a permanent model. *Psicothema*, 28(2), 122-129.
- López, M. L., Del Valle, J. F., & Arteaga, A. B. (2010). Estrategias para la captación de familias acogedoras. *Papeles del psicólogo*, 31(3), 289-295.
- Lu, L. (2006). The transition to parenthood: Stress, resources, and gender differences in a Chinese society. *Journal of Community Psychology*, 34(4), 471-488.
- MacGregor, T. E., Rodger, S., Cummings, A. L., & Leschied, A. W. (2006). The needs of foster parents: A qualitative study of motivation, support, and retention. *Qualitative social work*, 5(3), 351-368.
- Marcenko, M., Brennan, K., & Lyons, S. (2009). Foster parent recruitment and retention: Developing resource families for Washington State's children in care. *Partners for Our Children: Building a Case for Change*, 1-14.
- Maroco, J. (2007). *Análise Estatística - Com Utilização do SPSS*. (3ª edição). Edições Sílabo, Lda.
- McWey, L. M., Henderson, T. L., & Tice, S. N. (2006). Mental health issues and the foster care system: An examination of the impact of the Adoption and Safe Families Act. *Journal of marital and family therapy*, 32(2), 195-214.
- Migliorini, L., Rania, N., Cardinali, P., Guiducci, V., & Cavanna, D. (2018). Motivations and Family Functioning of Foster Families in Italy. *Journal of Social Service Research*, 44(4), 509-517.

- Munson, M. R., Narendorf, S. C., & McMillen, J. C. (2011). Knowledge of and attitudes towards behavioral health services among older youth in the foster care system. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 28(2), 97-112.
- Negrão, M., Moreira, M., Veríssimo, L., & Veiga, E. (2019). Conhecimentos e percepções públicas acerca do acolhimento familiar: Contributos para o desenvolvimento da medida. *Análise Psicológica*, 37(1), 81-92.
- Nelson, C., Fox, N., & Zeanah, C. (2014). *Romania's abandoned children: Deprivation, brain development and struggle for recovery*. Cambridge: Harvard University Press.
- Nowacki, K., & Schoelmerich, A. (2010). Growing up in foster families or institutions: Attachment representation and psychological adjustment of young adults. *Attachment & Human Development*, 12(6), 551-566.
- Piel, M. H., Geiger, J. M., Julien-Chinn, F. J., & Lietz, C. A. (2016). An ecological systems approach to understanding social support in foster family resilience. *Child & Family Social Work*, 22(2), 1034-1043.
- Ramsay, D. (1996). Recruiting and retaining foster carers: implications of a professional service in Fife. *Adoption & Fostering*, 20(1), 42-46.
- Randle, M., Miller, L., Dolnicar, S., & Ciarrochi, J. (2012). Heterogeneity among potential foster carers: an investigation of reasons for not foster caring. *Australian Social Work*, 65(3), 382-397.
- Raudkivi, M. (2020). What factors predispose the intention to become a foster family in Estonia: Applying the theory of reasoned action and planned behavior?. *Children and Youth Services Review*, 118, 105445.
- Rhodes, K., Cox, M. E., Orme, J. G., & Coakley, T. (2006). Foster Parent's Reasons for Fostering and Foster Family Utilization. *J. Soc. & Soc. Welfare*, 33, 105.
- Rhodes, K. W., Orme, J. G., & Buehler, C. (2001). A comparison of family foster parents who quit, consider quitting, and plan to continue fostering. *Social service review*, 75(1), 84-114.
- Rochat, T. J., Mokomane, Z., Mitchell, J., & The Directorate. (2016). Public perceptions, beliefs and experiences of fostering and adoption: a national qualitative study in South Africa. *Children & society*, 30(2), 120-131.
- Rodger, S., Cummings, A., & Leschied, A. W. (2006). Who is caring for our most vulnerable children?: The motivation to foster in child welfare. *Child abuse & neglect*, 30(10), 1129-1142.

- Rodwell, M. K., & Biggerstaff, M. A. (1993). Strategies for recruitment and retention of foster families. *Children and Youth Services Review, 15*(5), 403-419.
- Ru, X., Qin, H., & Wang, S. (2019). Young people's behaviour intentions towards reducing PM 2.5 in China: Extending the theory of planned behaviour. *Resources, Conservation and Recycling, 141*, 99-108.
- Sebba, J. (2012). Why do people become foster carers. An International Literature Review on the Motivation to Foster. *Rees Centre. University of Oxford*.
- Shields, M. (1999). Long working hours and health. *Health Reports, 11*(2), 33-48.
- Soares, I., Belsky, J., Oliveira, P., Silva, J., Marques, S., Baptista, J., & Martins, C. (2014). Does early family risk and current quality of care predict indiscriminate social behavior in institutionalized Portuguese children?. *Attachment & Human Development, 16*(2), 137-148.
- Starrels, M. E. (1994). Gender differences in parent-child relations. *Journal of family Issues, 15*(1), 148-165.
- Tavares, S., Caetano, A., & Silva, S. (2007). Não há bela sem senão: A identificação organizacional, os comportamentos de dedicação ao trabalho e o conflito trabalho-família. *Revista Psicologia, 21*(1), 133-149.
- Thomson, J. (2007). Child protection workers' perceptions of foster carers and the foster care system: A study in Queensland. *Australian Social Work, 60*(3), 336-346.
- Toussaint, L., & Webb, J. R. (2005). Gender differences in the relationship between empathy and forgiveness. *The Journal of social psychology, 145*(6), 673-685.
- Vanderfaeillie, J., Van Holen, F., De Maeyer, S., Gypen, L., & Belenger, L. (2016). Support needs and satisfaction in foster care: Differences between foster mothers and foster fathers. *Journal of Child and Family Studies, 25*(5), 1515-1524.
- Van Holen, F., Geys, L., West, D., Gypen, L., & Vanderfaeillie, J. (2019). Characteristics of successful foster families according to Flemish foster care workers. *Children and Youth Services Review, 107*, 104519.
- Van Ijzendoorn, M. H., Palacios, J., Sonuga-Barke, E. J., Gunnar, M. R., Vorria, P., McCall, R. B., Mare, L. M., Bakermans-Kranenburg, M. J., Dobrova-Krol, N. A., & Juffer, F. (2011). I. Children in institutional care: Delayed development and resilience. *Monographs of the Society for Research in Child Development, 76*(4), 8-30.
- Whenan, R., Oxlad, M., & Lushington, K. (2009). Factors associated with foster carer well-being, satisfaction and intention to continue providing out-of-home care. *Children and Youth Services Review, 31*(7), 752-760.

- Wilson, K., Fyson, R., & Newstone, S. (2007). Foster fathers: their experiences and contributions to fostering. *Child & Family Social Work, 12*(1), 22-31.
- Zeanah, C. H., Humphreys, K. L., Fox, N. A., & Nelson, C. A. (2017). Alternatives for abandoned children: insights from the Bucharest Early Intervention Project. *Current opinion in psychology, 15*, 182-188.
- Zeanah, C. H., Nelson, C. A., Fox, N. A., Smyke, A. T., Marshall, P., Parker, S. W., & Koga, S. (2003). Designing research to study the effects of institutionalization on brain and behavioral development: The Bucharest Early Intervention Project. *Development and psychopathology, 15*(4), 885-907.
- Zeijlmans, K., López, M., Grietens, H., & Knorth, E. J. (2017). Matching children with foster carers: A literature review. *Children and Youth Services Review, 73*, 257-265.
- Zeijlmans, K., López, M., Grietens, H., & Knorth, E. J. (2018). "Nothing goes as planned": Practitioners reflect on matching children and foster families. *Child & Family Social Work, 23*(3), 458-465.
- Zeijlmans, K., López, M., Grietens, H., & Knorth, E. J. (2019). Participation of children, birth parents and foster carers in the matching decision. Paternalism or partnership?. *Child Abuse Review, 28*(2), 139-151.